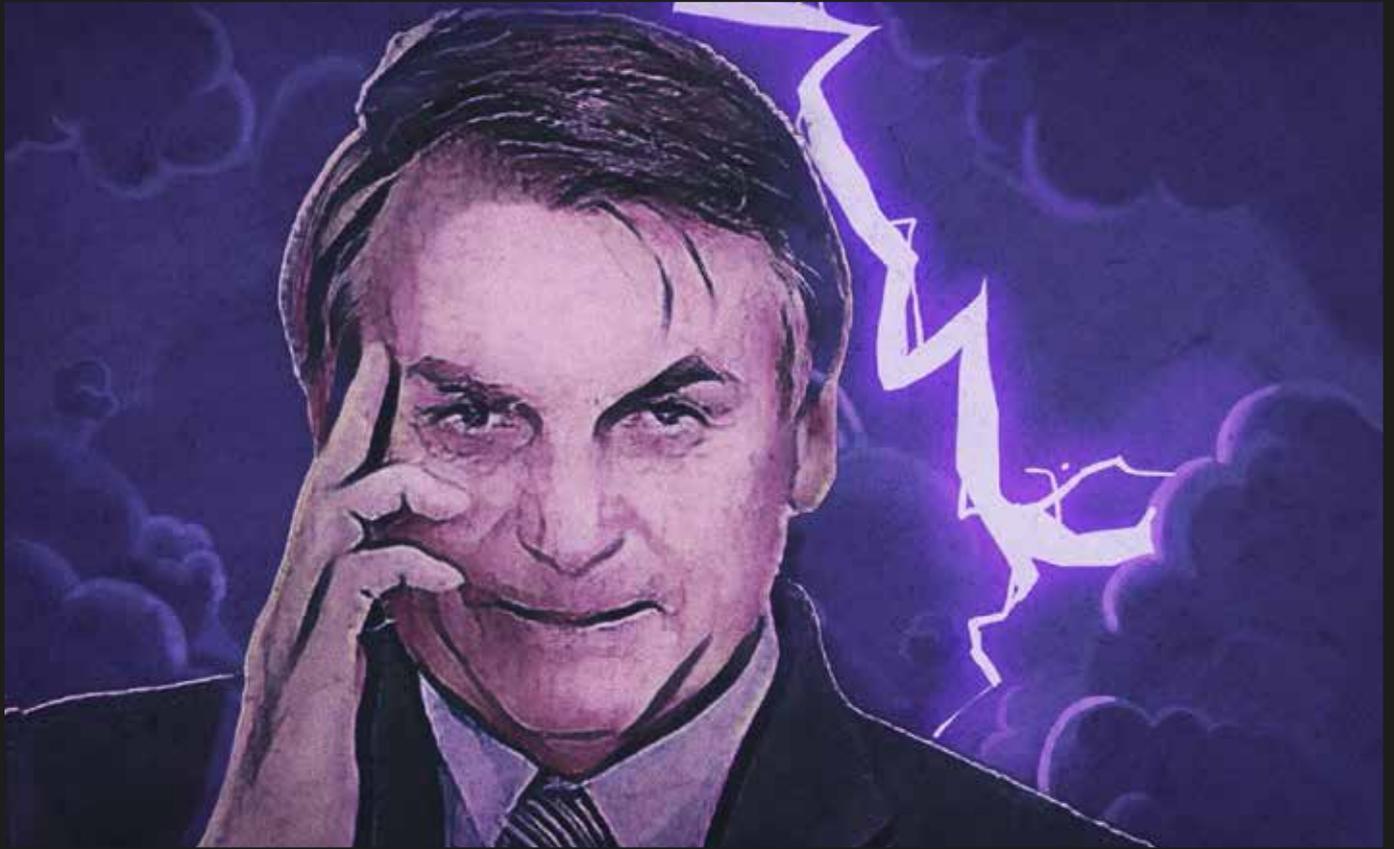


A CORRUPÇÃO SOB BOLSONARO



A CPI avança nas investigações e esbarra em mais denúncias de esquemas de desvios dentro do Ministério da Saúde para a compra de vacinas. A propina chegaria a R\$ 2 bilhões. O STF abre inquérito para apurar prevaricação do presidente. Enquanto isso, o povo continua morrendo, a crise se alastra e faltam vacinas na maioria dos estados. Mas...

...800 MIL BRASILEIROS TOMAM AS RUAS DE NOVO E EXIGEM: IMPEACHMENT, JÁ!

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 5 de Julho de 2021 Nº 17

NESTA EDIÇÃO

Entrevista com Frei Betto: "A esperança é Lula"
Mais uma vitória do ex-presidente no STF
Gabrielli alerta para crise de energia elétrica
Cinco anos pós-golpe: Ataques aos povos indígenas e à comunidade LGBTQIA+

**INTERDITAR BOLSONARO
E REVOGAR A LEI DE
SEGURANÇA NACIONAL**

em defesa da vida
e da democracia

**NEGACIONISMO E
IRRESPONSABILIDADE
LEVAM BRASILEIROS
À MORTE**

Observatório
da Democracia

Fundação
Cantalice

Fundação
Perseu Abramo

Fundação
Perseu Abramo

União Social

LAURO CAIXES E
MARTELLE FRANCO

FLA-AP

ASTROJILDO

Herbert Davis

**PAUTA
BRASIL**

**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**
SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO

FUNDACÃO
Perseu Abramo

transmissão

★

DCM Forth

TV 247

SIGA O CANAL DA REVISTA



NO YOUTUBE

**focus
BRASIL**

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Danilo Molina,
Pedro Camarão e Nathalie Nascimento



**FUNDAÇÃO
Perseu Abramo**
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva
Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,
Luiz Caetano e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur
Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,
Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,
Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de
Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,
Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,
Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de
Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,
Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,
Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,
Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de
Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),
Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto
(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) - CEP 04117-091

NESTA EDIÇÃO

CORRUPÇÃO ESTÁ ENGOLFANDO BOLSONARO

ENTREVISTA. Frei Betto diz
que as esquerdas precisam
estar mais próximas do povo
Página 4

CORRUPÇÃO. Nova denúncia
aprofunda a crise política e
mergulha o governo na lama
Página 12

IMPEACHMENT. Partidos e
organizações sociais vão à
Câmara com novo pedido
Página 18

A VOZ DAS RUAS. A chapa
esquenta e novos protestos
chacoalham o país inteiro
Página 20

LAVA JATO. Lula obtém nova
vitória no STF e consegue
anulação do uso de delação
Página 24

ENERGIA. José Gabrielli
alerta futuro comprometido
com a venda da Eletrobrás
Página 36

GOLPE. Direitos dos povos
indígenas e comunidade
LGBTQIA+ sob ataque geral
Página 39

Divulgação

EDITORIAL

A DEGRADAÇÃO E O DESAFIO DA DEMOCRACIA

Aloizio Mercadante



Bolsonaro completa dois anos e meio de mandato deteriorado, cada vez isolado politicamente, perdendo base social e pressionado pelos movimentos populares. O povo está nas ruas, mesmo durante a pandemia, lutando contra o genocídio, o desemprego, a fome e agora contra a corrupção na compra de vacinas, que explica muito das atitudes negacionistas do governo durante a pandemia e o próprio atraso na imunização.

A luta e o apoio político pelo Fora Bolsonaro crescem e ganham força. A tempestade perfeita vai se formando sobre o governo. Com isso, a conjuntura está se radicalizando e Bolsonaro, acuado e isolado, recorre a uma narrativa autoritária e golpista. Lula avança em todas as pesquisas de opinião e a chamada terceira via permanece sem candidato competitivo e unidade política.

Bolsonaro, apesar de ser um político profissional, elegeu-se com a negação da política, na onda lavajatista de combate à corrupção, em desrespeito ao devido processo legal e as garantias dos direitos individuais. Entretanto, depois das "rachadinhas" e agora com as denúncias de corrupção em uma área tão sensível que é a saúde pública, em um país devastado por 520 mil mortes, há um clima de acelerado impulso ao seu impedimento.

Um deputado de direita da própria base do governo declara à CPI que informou diretamente a Bolsonaro sobre a corrupção na compra de vacinas. E nenhuma medida foi tomada para apurar a denúncia. Para piorar a situação, o denunciante disse que escutou da boca do próprio Bolsonaro que o caso envolveria o deputado Ricardo Barros, líder do governo na Câmara.

Dias depois, veio à tona nova denúncia não menos grave: um indicado de Barros, acompanhado por um militar, teria cobrado US\$ 1 por dose para a compra de outra vacina. Enquanto Bolsonaro atacava e impedia a compra de outros imunizantes mais baratos e disponíveis, negociatas ocorriam no Ministério da Saúde, militarizado pelo General Pazuello e outros oficiais.

O silêncio de Bolsonaro dá a medida do quão está emparedado o governo. Sem argumentos para rebater ou desmentir as acusações, o ex-capitão recorreu ao velho expediente de agredir os membros da CPI e ameaçar a democracia com nova tutela militar. O véu do presidente que se apresentava como incorruptível começa a ser rasgado pela verdade de um governante que articulou o tempo todo com o Centrão para garantir seu mandato, complacente com negociatas obscuras da sua base aliada.

O presidente prevaricou. Informado das pressões contra servidores para o pagamento antecipado de vacinas, envolvendo uma empresa que já era investigada por ter fraudado o ministério em conluio com Ricardo Barros, não mandou apurar e nem afastou os envolvidos.

Soma-se a essa panela de pressão o superpedido de impeachment, protocolado pela oposição e até setores da direita, incluindo antigos aliados de Bolsonaro, na quarta-feira, 30, e as novas e poderosas manifestações contra o governo. Esse conjunto de fatores nos coloca diante de um desafio histórico.

De um lado, Bolsonaro aposta na desqualificação das urnas eletrônicas e na incitação da desordem e da quebra de hierarquia nas Forças Armadas e nas polícias militares, bem como na sua íntima relação com as milícias. O objetivo é questionar o resultado das eleições de 2022 e se manter no poder ainda que derrotado pelo voto popular. Seu projeto golpista seria mais um exemplo do que já ocorreu recentemente, por ação da extrema direita nos EUA, na Bolívia e no Peru.

Do outro lado, Lula surge como grande farol portador de futuro para o povo, com o resgate de um projeto generoso de reconstrução nacional. Por isso, mais do que nunca, é fundamental que as instituições assegurem a democracia e a soberania das urnas. Com o povo nas ruas e democracia, voltaremos.



“NA ESPERANÇA DO POVO, HOJE A SAÍDA É LULA”

Nada aparece abalar a fé deste ativista católico, uma das grandes referências da esquerda brasileira e latino-americana. “Vamos guardar o pessimismo para dias melhores”, diz. Ele vê a queda de popularidade de Bolsonaro como oportunidade para a retomada de dias melhores ao povo. E não tem ilusões quanto aos desafios de um eventual regresso de Lula à Presidência. “Ao voltar temos que assumir outra plataforma de governo. Não podemos repetir a mesma receita adotada no passado. Algumas, sim, como reforçar as políticas sociais. Mas o trabalho político precisa ser feito. Temos que pensar na organização e na mobilização políticas”, afirma

Por Pedro Camarão e Alberto Cantalice

Frei Betto não se deixa abater pela política destruidora do governo Jair Bolsonaro e, também, não se abala com a postura desprezível que o presidente tem. O período em que BolsoNero, como ele diz, está na Presidência da República é considerado como uma entre outras “pequenas derrotas” que necessitam de muita luta política para serem superadas.

Frade dominicano, jornalista e escritor, autor de 69 livros, Carlos Alberto Libânio Christo é um militante incansável. Diante da profunda tensão social gerada pela divisão política no Brasil, Frei Betto se disfarça de “bolsominion arrependido” para conseguir dialogar

com quem votou em Bolsonaro. Esse espírito que parece inabalável, se deve a um axioma que carrega como lema para a vida: “Vamos guardar o pessimismo para dias melhores”.

O derretimento da popularidade de Bolsonaro é sinal da possibilidade de novos tempos, mas Betto alerta que a esquerda não pode se iludir. A decepção de parcelas da sociedade com o atual presidente se deve à condução política desastrosa, mas não significa alteração na forma como esses grupos enxergam a realidade e o país.

Assim, a nova ascensão do ex-presidente Lula é resultado da referência que está na memória popular sobre o período em que ele governou. Ele afirma que, para

o povo, “a saída é Lula”. E entende que os protestos contra Bolsonaro são fundamentais para o momento que o Brasil atravessa e chama atenção para a importância de retomar o trabalho de base e o diálogo com grupos que se afastaram.

Isso é considerado fundamental para Betto porque é a única maneira para que governos progressistas e populares possam ter o que ele chama de “efetivo poder”. Ao analisar o cenário político na América Latina, ele aponta sobre o período em que líderes populares estiveram a frente da maior parte dos países latino-americanos, que a falta de capilaridade acabou permitindo o surgimento de figuras neofascistas de extrema-direita. A volta ao poder tem em si o desafio

político de fazer algumas coisas de maneira diferente.

Nesta entrevista à **Focus Brasil**, Betto ainda relembra conversas com Fidel Castro, o trabalho realizado em Cuba e o que precisa ser feito para que a esquerda se esquive do discurso maniqueísta inventado por igrejas evangélicas neopentecostais. Algo que ele considera fundamental para acessar grupos religiosos.

Focus Brasil – O Brasil vem de um período muito conturbado, de muita tensão em função da conjuntura. Tivemos um período de muito ódio ao PT, Lula e à esquerda. E, de repente, pesquisas de opinião mostram uma rejeição crescente contra Bolsonaro, um representante de tradições brasileiras como o patrimonialismo, o machismo, a misoginia, o preconceito. A parcela que apoiava o Bolsonaro até outro dia está acordando para essas questões ou trata-se apenas de um descolamento momentâneo, de uma desilusão com essa figura, mas sem mudança alguma de valores, de forma de pensar ou enxergar a realidade?

– Considero que o povo brasileiro, como nação integrada no sistema capitalista, é conservador e tende à direita. O fato desse povo ter votado em Bolsonaro não me surpreende. O que me surpreende é o fato desse povo ter votado quatro vezes em candidatos do PT. Isso, sim, é surpreendente e explicável por toda uma história de 40 anos que precede a chegada de Lula à Presidência, em 2003. É um povo sofrido. Muito sofrido por causa da brutal desigualdade econômica. O índice de miséria é gritante. Hoje são 19 milhões de brasileiros oficialmente em situação de fome. Não é nem de insegurança alimentar. É de fome. São 105 milhões de brasileiros que ganham menos de um salário-mínimo! Então, tudo

isso leva as pessoas a procurarem uma saída. Hoje, a saída é Lula, na esperança do povo, segundo as pesquisas. Isso não significa que esse povo se tornou consciente, nem que se tornou crítico ao Bolsonaro, como costume chamá-lo – porque Nero, ao incendiar Roma, ficou tocando lira nas arcadas do palácio, exatamente como faz esse cidadão aí.

Acontece que esse povo esperava uma melhoria de vida que não veio, e não virá. A situação só se agrava, a política econômica

**A SITUAÇÃO
SÓ SE AGRAVA,
A POLÍTICA
ECONÔMICA É
ABSOLUTAMENTE
DESASTROSA.
ENTÃO, AS
PESSOAS QUEREM
SAIR DO SUFOCO**

é absolutamente desastrosa. Então, as pessoas querem sair do sufoco. Elas podem não ter senso crítico, mas têm memória de que, durante os governos do PT, a situação era melhor. Você ia à feira com R\$ 20 e voltava com a sacola cheia. Hoje, isso é impossível. O salário mínimo era corrigido anualmente acima da inflação. Enfim, havia uma série de direitos sociais assegurados, o que não acontece agora. Então, creio que essas pessoas não estão, propriamen-

te, adquirindo consciência crítica. Querem é sair do sufoco.

Atribuo essa não consciência crítica à esquerda, na qual me incluo. Nós nos afastamos do trabalho de base. Na medida em que alçamos instâncias de governos – municipal, estadual e federal – fomos nos afastando desse trabalho corpo a corpo que fazíamos nos anos 1970, 80 e 90, através das Comunidades Eclesiais de Base, do sindicalismo, das ONGs, dos núcleos do PT espalhados por todos os rincões do Brasil, de movimentos populares como o MST. Fomos nos afastando.

O MST ainda permanece junto às bases populares. Também o MTST permanece mais organicamente vinculado aos setores mais pobres da população. Mas nós, militantes de esquerda, fomos nos afastando, até por necessidade de quadros nas administrações públicas. Esse afastamento abriu um vácuo ocupado, progressivamente, pelas igrejas evangélicas fundamentalistas, pelo narcotráfico e pelas milícias. Então, creio que, agora, qualquer projeto de governo tem que incluir, necessariamente, um retorno ao trabalho de base. Porque não vamos libertar o Brasil se o povo não o fizer. Quer dizer, o protagonista tem que ser desse povo organizado e mobilizado.

– Enquanto o Bolsonaro vai derretendo, o ex-presidente Lula surge como franco favorito para voltar à Presidência. Existe a questão da memória que você já mencionou, mas gostaria de saber, especificamente, a sua leitura sobre essa ascensão do Lula depois de tudo o que enfrentou, acusado de corrupção, vítima de uma campanha difamatória pesada por anos, 580 dias preso... Lula parece que atravessa grupos sociais, barreiras entre esses grupos.

– Somos uma Nação que carece de referências de lideranças.

Temos muitas lideranças históricas, mas que, infelizmente, não estão na memória popular. A única grande referência, hoje, na memória popular, é o Lula. Não há outra grande referência. Poderia citar outros, como Francisco Julião, Marighella, Lamarca, Tiradentes etc. Mas nada disso está na memória do nosso povo. Essas figuras históricas se apagaram por força de uma cultura neoliberal que – como age atualmente a Fundação [Cultural] Palmares –, procura cada vez mais “clandestinizar” essa memória nacional que poderia impulsionar o povo a assumir o seu protagonismo histórico. Mas o Lula se manteve no noticiário, até mesmo pela narrativa negativa contra ele. Ou seja, de qualquer maneira, ele é uma referência, a favor ou contra, mas o nome dele nunca saiu do noticiário.

Na medida em que a Lava Jato desmoronou, as pessoas viram que não dava mais para confiar naquela narrativa. Essa narrativa favoreceu muito a eleição do Bolsonaro, porque se há algo que pega muito nas camadas mais sofridas da população é a questão moral. Não é só o moralismo. O pobre brasileiro é hegemonicamente moral, ético. Aquela coisa do lixeiro que, no lixão de Vitória, encontrou dinheiro num saco de lixo e devolveu ao banco. Ou o caso do taxista de Brasília que encontrou US\$ 20 mil no banco traseiro do seu carro e devolveu ao sujeito que tinha vindo do exterior fazer uma cirurgia.

O discurso moralista toca muito a população brasileira. Mas na medida em que se comprovou que toda a acusação ao Lula e ao PT era uma grande armação, esse povo, decepcionado, hoje se volta de novo para o Lula, e isso o fortalece. Agora, é preciso transformar esse retorno, esse apoio, em algo consistente. E isso significa fazer um trabalho político. Eis o desafio que temos pela frente.

– Você não vê esse Golpe de 2016, que derrubou a Dilma, interditou o Lula e que quis garrotear o PT, como uma conspiração que transcende o território nacional?

– Sem dúvida alguma. A entrevista recente do Guido Mantega é muito esclarecedora, porque ele aponta que o processo de sabotagem ao governo da Dilma se inicia, justamente, no momento em que os bancos públicos desafiam a concorrência com os bancos privados, por liberar créditos mais facilitados e uma série

O DISCURSO MORALISTA TOCA MUITO A POPULAÇÃO. MAS A ACUSAÇÃO A LULA ERA ARMAÇÃO. O POVO HOJE SE VOLTA DE NOVO PARA LULA

de outras medidas tomadas que reduziram o exorbitante lucro dos bancos privados. E aí, evidentemente, entrou a sabotagem da elite brasileira associada ao capital internacional. Sem dúvida alguma. A Casa Branca não tem o menor interesse que, na América Latina, haja governos favoráveis à Venezuela, favoráveis à Cuba, próximos da China. A geoestratégia deles é, justamente, desmobilizar esses governos, sabotá-los. Hoje, através de golpes brancos, não mais de golpes armados cometi-

dos até os anos 70. A estratégia agora é outra. E, através desses golpes brancos, afastar qualquer um que não venha a favorecer a total hegemonia da Casa Branca no mundo, especialmente na América Latina, que eles sempre olharam como seu quintal.

Vale a conhecida piada: “Por que nunca teve golpe nos EUA? Porque lá não tem embaixada americana”. Se bem que quase o [Donald] Trump consegue. Teve vontade, não precisou de embaixada americana. A própria Casa Branca tentou forjar ali um golpe. Mas o fato é esse. Creio que houve uma orquestração internacional [no golpe contra o Brasil]. Só que, hoje, essa elite mundial está dividida frente ao Brasil. De um lado, porque um setor dela não quer colocar capital em nosso país, sente grande insegurança política e econômica, tem medo de perder o seu dinheiro. E, de outro lado, esse setor também é sensibilizado pela questão ambiental. A questão ambiental ganha hoje muita força, e isso leva a um afastamento crítico do Brasil, por causa do desmatamento, dos incêndios criminosos, do contrabando de madeira, enfim, todo o desmantelamento da questão ambiental que temos visto nesse governo. Tudo isso obriga a elite nacional e internacional – não desassocie as duas, pois estão intimamente ligadas –, a buscarem o que a mídia chama de terceira via. Quer dizer, prefeririam encontrar um candidato que não fosse nem Bolsonaro nem Lula. É muito difícil, em tão pouco tempo, se construir esse candidato. Claro que pode acontecer, como em 2018. Pode aparecer um arrivista, um avatar, alguém com grande prestígio midiático. Pode acontecer, não descarto essa possibilidade. Mas, visto de hoje, não há alternativa senão o entendimento com o processo que indica a terceira eleição de Lula.

– E os protestos que estão sendo convocados contra o Bolsonaro? É o momento de ocupar as ruas?

– Estive nos dois. E estarei no terceiro. Escrevi um texto sobre isso: “Todos às ruas”. Considero fundamental nossa mobilização. Nós, a esquerda, não soubemos trabalhar os protestos de 2013. Ficamos perplexos quando ocorreram e, lamentavelmente, eles foram capitalizados pela direita, e não pela esquerda. Hoje, esses protestos exigem também duas atitudes nossas. Primeiro, saber como canalizá-los para uma organização política mais consistente. Ou seja, não basta apenas o protesto, é preciso ter propostas. Tenho enfatizado isso. E essas propostas ainda não surgiram nessas mobilizações. E isso é de fundamental importância, porque toda vez que encontramos uma manifestação “contra”, ela pode ser arrebataada facilmente por um oportunista, por um avatar. O segundo fator – e já chamei a atenção do [Guilherme] Boulos –, no fim da última manifestação em São Paulo um pequeno grupo de mascarados quebrou uma agência bancária. A única maneira de a direita tentar desmobilizar as nossas manifestações é, justamente, convocar seus arruaceiros para criar um temor de que participar de protestos é correr o risco de ser apedregado, ferido ou levar um tiro.

Vai ser preciso uma atuação muito rigorosa daqueles que organizam a manifestação para evitar essas infiltrações de direita. Repare que, sempre que ocorrem, são filmadas pela mídia, mas curiosamente a polícia não toma ciência delas, ignora. E quando está presente protege, não interfere. A gente nunca vê esses arruaceiros sendo presos, punidos. Creio que é muito importante ficarmos alertas. Eles vão tentar tirar o caráter pacífico das manifestações e imprimir um carimbo de atuação violenta, e essa atua-

ção violenta, realmente, espanta muitos setores da população e pode enfraquecer as manifestações. Precisamos criar uma rede de proteção e, ao mesmo tempo, de antídoto a essa possível tentativa de transformar o protesto em violência e quebradeira.

– **Falando um pouco sobre América Latina, vimos que a direita chegou ao poder em alguns dos países latino-americanos, mas agora a esquerda e a centro-esquerda estão voltando. E observamos**

NÃO SOUBEMOS APROVEITAR O PERÍODO NO GOVERNO PARA CRIAR UMA GRANDE CAPILARIDADE DE ORGANIZAÇÃO POPULAR

em muitos desses países levantes populares muito contundentes. Gostaria que você comentasse sobre esse quadro político na América Latina.

– Nas últimas décadas, podemos tipificar quatro grandes ciclos de políticas de governos latino-americanos. O primeiro, foi o das ditaduras militares e elas fracassaram, não só do ponto de vista de não perdurarem, mas fracassaram do ponto de vista econômico, social, de prestígio. Tivemos o segundo ciclo, a emergência

das candidaturas presidenciais de corte messiânico-neoliberal: Alberto Fujimori, no Peru; [Rafael] Caldera, na Venezuela; García Meza, na Bolívia; Carlos Menem, na Argentina; Fernando Collor, no Brasil etc. E esse tipo de política também fracassou. Todos esses candidatos foram acusados de corrupção, estão presos, como o Fujimori, ou tiveram que renunciar antes de serem depostos, como o Collor. Enfim, um fracasso total. Aí vem o terceiro ciclo, o dos governos progressistas: Hugo Chávez, Lula, Pepe Mujica, Evo Morales, o casal Kirchner, Rafael Correa, Mauricio Funes, em El Salvador etc. Tudo isso mostrou que, decepcionados com aquela política messiânica-neoliberal, que só favorecia um pequeno setor da elite, o povo então decidiu votar em candidatos progressistas de raízes populares.

Esses governos não conseguiram se transformar em efetivo poder. Estivemos no governo, mas não tínhamos o poder em mãos. Não soubemos aproveitar o período de governo para criar uma grande capilaridade de organização popular. Isso foi feito em alguns países, como na Venezuela, mas nos demais os nossos governos democráticos populares, progressistas, não lograram organizar os setores populares dentro de uma consciência crítica, de uma mobilização permanente, reforçando os movimentos populares, os movimentos identitários, os sindicatos, as ONGs progressistas. Isso é algo que ficamos devendo. Isso abriu a possibilidade do surgimento de candidatos neofascistas e de golpes de Estado, como os golpes na Dilma e no Evo Morales, as tentativas de golpe na Venezuela, a sequência de presidentes derubados no Peru, as manifestações no Chile e na Colômbia. Ou seja, hoje há uma enorme insatisfação com esses avatares que surgiram depois dos governos progressis-

tas prometendo fazer um governo melhor do que aquele que o antecedeu. E isso levou a uma grande decepção.

Então, esse é o momento, sim, de uma volta dos governos progressistas e populares. Tudo sinaliza nessa direção. É o caso do prestígio do Lula nas atuais pesquisas, o candidato da esquerda vencendo no Peru, o candidato do Partido Comunista no Chile como preferencial nas futuras eleições, tudo isso sinaliza a volta dos governos progressistas, mas não vamos no iludir. Ou seja, ao voltar temos que assumir outra plataforma de governo. Não podemos repetir a mesma receita adotada no passado. Algumas, sim, como reforçar as políticas sociais, o salário dos trabalhadores, manter a inflação a nível bem baixo – existe uma série de medidas que merecem ser repetidas. Mas o trabalho político precisa ser feito. Não podemos apenas pensar no benefício econômico, temos que pensar na organização e na mobilização políticas. Isso é fundamental para se ter uma Nação realmente organizada em função do projeto de uma sociedade melhor.

– Num debate recente que realizamos na Fundação Perseu Abramo sobre socialismo, nas suas considerações, você declarou que se considera um cristão-marxista. Existe essa lógica de guerra cultural em que tentam colocar a esquerda brasileira como anticristã. Como você acha que a gente pode e deve sair dessa armadilha da turma neopentecostal que parece ter leitura errada do Cristianismo?

– Não podemos permitir que determinados valores simbólicos para o povo brasileiro sejam apropriados pela direita. Cito um exemplo: insisto que, nas nossas manifestações, usemos a bandeira do Brasil. Não podemos permitir que os símbolos pátrios,

tão arraigados no inconsciente coletivo, fiquem apropriados pela direita. Isso vale para outro valor inestimável para o nosso povo, a religião. A lógica mais elementar de uma empregada doméstica, um morador de rua, um sem-terra, um sem-teto, quando você pergunta o que pensam da vida, do mundo, do destino, seguramente darão uma resposta tecida em categorias religiosas. Temos que, não só respeitar essa esfera, como nos aproximar dos setores progressistas e esclarecidos que

NÃO PODEMOS PERMITIR QUE DETERMINADOS VALORES SIMBÓLICOS PARA O POVO BRASILEIRO SEJAM APROPRIADOS PELA DIREITA

existem em todos os segmentos religiosos. Possivelmente, nos últimos anos, temos abandonado esse diálogo.

No caso da Igreja Católica se explica por que houve um refluxo das Comunidades Eclesiais de Base. Porque atravessamos 34 anos de pontificados conservadores: João Paulo II e Bento XVI. Agora, com o papa Francisco, há uma revitalização dessas pastorais populares. Mas, de qualquer forma, as forças políticas precisam voltar ao diálogo permanen-

te com os segmentos religiosos. É a pergunta que fiz para Fidel, em 1980. Eu estava com o Lula no 1º aniversário da Revolução Sandinista, e passamos uma madrugada inteira na casa do vice-presidente da Nicarágua, Sergio Ramirez, conversando com Fidel. E lá pelas tantas perguntei a ele: “Comandante, como é a relação da Revolução Cubana com a Igreja Católica?” Eu sabia qual era a relação, mas queria ouvir da boca dele. E falei: “Antes que o senhor responda, digo que há três hipóteses: a primeira, a Revolução persegue a Igreja Católica. Se é assim, ela presta um bom serviço ao imperialismo, à política dos EUA. A segunda, a Revolução é indiferente à Igreja Católica. Se é assim, ela transforma a Igreja Católica em antessala de saída de Cuba daqueles que querem dar as costas à Revolução. E a terceira, a Igreja Católica é reconhecida pela Revolução como um dos entes políticos da sociedade cubana e com quem é preciso manter um diálogo permanente”. Fidel admitiu: “Você tem razão, reconheço o nosso equívoco. Temos que voltar a dialogar”. Daí se iniciou o meu trabalho em Cuba de, justamente, fazer essa ponte de retomada do diálogo entre Igreja Católica e Revolução. Dediquei-me a isso 10 anos, de 1981 a 1991.

Há pastores, padres, imãs, rabinos, umbandistas, pais e mães-de-santo, absolutamente progressistas. Mas muitas vezes não encontram canais de diálogo com os setores de esquerda. Precisamos manter esses vínculos, é muito importante. Não só em épocas eleitorais. Eles precisam ser integrados mais amplamente, não no partido, integrados dentro dessa grande corrente progressista que abarca partidos, sindicatos, ONGs, movimentos identitários e também movimentos religiosos, porque a religiosidade tem sido muito inteligente e demoníaca-

mente utilizada pelo imperialismo. Vemos aí todo o fenômeno do neopentecostalismo fundamentalista, das igrejas eletrônicas, todo o processo de submissão do nosso povo mais pobre trocando a liberdade pela segurança. Essa troca se faz através do discurso ou sermão, que muitos padres e pastores fazem, no sentido de que você precisa abdicar da sua liberdade de consciência para aceitar a palavra da autoridade como palavra de Deus. Assim, muitos se submetem, principalmente porque esses pastores e padres pregam mais o inferno do que o céu. Ou seja, incutem o medo como forma de levar as pessoas a trocarem a liberdade pela segurança. E segurança é sempre o outro que pode me dar. A liberdade eu posso exercer, ela é minha. Mas segurança sempre é garantida pelo outro e, nesse caso, o outro é o BolsoNero, é o fascista, a milícia, o pastor ou o padre que dirige a minha consciência.

Logo após a eleição do Bolsonaro, adotei uma tática em alguns setores populares quando, por exemplo, ia comprar alguma coisa num mercadinho ou entrava num táxi. Em vez de advogar que o eleitor de BosoNero deveria ter votado no Haddad, eu dizia: “Estou profundamente arrependido de ter votado no Bolsonaro”. E começava a dar as razões. O gerente do mercadinho ou o taxista inevitavelmente dizia: “E, eu também votei nele”. Mas aí se abria para o diálogo, porque não estava dialogando com um petista fanático, alguém que ele dissesse: “Esse aí é do diabo”... Não. Estava dialogando com alguém que cometeu o mesmo erro que ele cometeu. Ou, às vezes, ainda não estava convencido do erro [até aquele momento]. Até hoje adoto essa tática, que funciona muito bem. Isso cria uma insegurança no raciocínio daquele “bolsominion”, que até então estava convencido e, agora, já começa a ter o “pé atrás”. Portanto,

precisamos voltar ao diálogo com segmentos religiosos, devido à importância política que sempre tiveram.

Lembro-me do debate do [Karl] Marx com o [Mikhail] Bakunin. Bakunin atacou a Internacional Comunista por negar o ateísmo. E Marx não quis que a Internacional mantivesse vínculos com o grupo de Bakunin por que este “decretava o ateísmo como dogma para seus membros” [Carta de Marx a Bolte 23/11/1871, in Marx, Engels Werke, vol. 33, pp 329 e 402].

CREIO QUE O IMPORTANTE, AINDA QUE EU NÃO VÁ PARTICIPAR DA COLHEITA, É MORRER COMO SEMENTE. NÃO ME DEIXO ABATER

Marx nunca pregou o ateísmo no movimento comunista. Isso é coisa do Lênin e outras influências. Em outras palavras, o Marx diz sobre Bakunin: “Não vamos entrar nesse fundamentalismo”. O Partido Comunista Brasileiro – me lembro dos diálogos, na prisão, com Diógenes Arruda Câmara, que foi dirigente e, por muitos anos, do Birô Político –, nos quais ele me dava razão quando eu criticava o partido por exigir que todo militante, ao ingressar, assinasse uma ficha e se declarasse ateu. Eu

dizia que isso era de uma burrice estonteante. Como, num país tão religioso como Brasil, exigir que alguém, primeiro, abdique da sua fé para, depois, assumir uma militância política? Principalmente se se trata de uma pessoa do meio popular. Ora, se ela está assumindo a sua militância política, tomara que a sua fé seja impulsionadora dessa militância.

Mesmo no movimento comunista, nos anos 1980, em Cuba, muitos comunistas jamais tinham ouvido falar do livro do Engels *O Cristianismo Primitivo*, que louva os primeiros cristãos como pioneiros do comunismo, e como eles atuaram para derrubar o Império Romano. Na esquerda, muitas vezes, por causa da influência neopositivista que vem do movimento comunista europeu, há uma atitude antirreligiosa que só favorece a direita. Não estou pedindo que ninguém seja religioso, mas ser antirreligioso, num contexto de América Latina hoje é, indiretamente, fazer o jogo da direita.

– Você vem de uma longa luta política no Brasil, passou pelo período tenebroso da ditadura, veio a abertura, parecia que tudo estava indo muito bem, mas agora vivemos um milhão de retrocessos simultaneamente. Até recentemente, você, no Twitter, chamou a atenção para o aumento da concentração de riqueza no Brasil. Fora isso, o Brasil volta ao Mapa da Fome, o número de pobres e miseráveis se multiplica a cada dia. Qual é a sensação de ver tantos retrocessos?

– Tenho um axioma que rege meus passos: “Vamos guardar o pessimismo para dias melhores”. Ou seja, me recuso a abdicar da esperança, da utopia. Os quatro anos de prisão, e a militância que antecedeu esse período, me ensinaram a olhar a história como permanente conflitividade. Creio que o importante, ainda que eu



“
FIDEL ADMITIU A
NECESSIDADE DA
REVOLUÇÃO VOLTAR
A DIALOGAR COM A
IGREJA CATÓLICA.
DAÍ SE INICIOU O MEU
TRABALHO EM CUBA
DE, JUSTAMENTE,
FAZER ESSA PONTE DE
RETOMADA DO DIÁLOGO
”

Arquivo

não vá participar da colheita, é morrer como semente. Portanto, realmente não me deixo abater, que é o que eles querem. Não somatizo essas pequenas derrotas, como a eleição do BolsoNero. Não me permito abater, não vou deixar de fazer o meu trabalho de base, de escrever as coisas que escrevo, de falar o que falo por causa disso. O pior é quando a gente começa a introjetar a autocensura, o medo, enfim, e achar que não é o momento, não é oportuno. Se todo mundo agir assim, realmente, eles vão passar o trator por cima. Por isso, é muito importante a gente não se desalentar e nem semear esse desalento aos demais. É preciso sempre manter viva a esperança.

O primeiro livro da Bíblia, o *Gênesis*, fala de Abraão, “esperava contra toda esperança”. Este é um versículo bíblico. E Dom Helder Camara sempre falava: “Precisamos, cada vez mais, suscitar

minorias abraâmicas”. Ou seja, aqueles que esperam contra toda esperança. E é a minha postura. Faço parte dessa minoria abraâmica que acredita, sim, que a história inevitavelmente caminha para uma sociedade socialista, até por razões aritméticas. O planeta não tem futuro se não houver partilha dos bens da natureza e da produção humana. Fora disso, vamos para a barbárie total, agora agravada pela questão ambiental, que não faz distinção entre ricos, classe média e pobres. Outra bandeira, que a esquerda cometeu o erro de chegar tarde nela, é a questão ecológica. Recordo do Chico Mendes até ridicularizado em setores da esquerda como alguém de um idealismo que não tinha pés na terra, e hoje a gente faz a autocrítica e reconhece como ele foi um ousado pioneiro heroico dessa bandeira.

É muito mais fácil conscientizar uma criança pela questão ambien-

tal do que pela questão explicitamente política. Por aí se pode começar um trabalho pedagógico muito importante. É preciso falar a linguagem que as pessoas falam, que as pessoas entendem. Não podemos chegar numa comunidade popular com o Manifesto Comunista. Temos que chegar com a Bíblia ou com perguntas sobre a situação que a dona Maira e o seu João ali vivem, as dificuldades que passam, a questão do desemprego, do salário, do saneamento. Em educação popular a gente trabalha com duas ferramentas, pela ordem: saca-rolhas e chave de fenda. Primeiro, escutar o povo, deixar que o povo explicita suas dificuldades, seu sofrimento, os limites da sua sobrevivência. E, a partir daí, apertar, os eixos, porque essa narrativa do sofrimento leva à consciência crítica se soubermos usar também a chave de fenda. É muito importante voltarmos a esse trabalho de base. •



Olimpio

EXPLODE A CORRUPÇÃO

Demorou, mas a máscara do farsante está sendo revelada. Na pior semana do seu governo, Bolsonaro se vê encurralado por novas suspeitas de desvios no Ministério da Saúde. Outras evidências reforçam a desconfiança e STF aceita abrir inquérito policial para apurar crime de prevaricação

Foi a pior semana para o governo do presidente genocida. Depois das suspeitas lançadas pelo deputado Luís Miranda (DEM-DF) e do irmão, servidor do Ministério da Saúde, de que a compra de vacinas pelo governo federal está enlameada por esquemas de corrupção, Jair Bolsonaro afunda na podridão.

Além da responsabilidade pelas mais de 520 mil mortes

no país, desde o início da pandemia, sabe-se agora que uma operação de desvio de recursos estava funcionando no Ministério da Saúde e com conhecimento do Planalto. O cheiro de propina exala pela Esplanada dos Ministérios. Na sexta-feira, 2, a Procuradoria Geral da República anunciou a abertura de uma investigação para apurar se o presidente se omitiu diante das denúncias no contrato de compra da vacina indiana Covaxin.



Carlos Moura

A decisão ocorreu depois que a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, determinou ao chefe do Ministério Público Federal que tomasse a iniciativa. Ela foi dura ao dizer que Augusto Aras não pode se comportar como “espectador das ações dos Poderes da República”. No início da semana, a PGR havia solicitado ao STF o arquivamento do pedido apresentado pelos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Fabiano Contarato (Rede-ES) e Jorge Kajuru (Podemos-GO). Rosa não aceitou. Agora, um inquérito vai apurar a verdade e confirmar as revelações dos irmãos Miranda.

Os senadores Humberto Costa (PT-PE) e Rogério Carvalho (PT-SE) não têm dúvidas que Bolsonaro prevaricou. O presidente da CPI da Covid, Omar Aziz (PSD-AM), concorda. Para eles, é fato que o

presidente cometeu crime ao deixar de comunicar às autoridades a denúncia de suspeitas no contrato da Covaxin, reveladas ao país na última semana de junho. O caso foi levado ao conhecimento de Bolsonaro, no Palácio da Alvorada, em 20 de março pelo servidor Luis Ricardo Miranda e o irmão, o deputado aliado do governo. O maior temor hoje no Planalto e entre aliados é se o deputado e o irmão gravaram o presidente. No encontro, Bolsonaro declarou aos dois que o esquema denunciado é “rolo” do líder do governo.

A semana foi intensa em Brasília e a explosão de novas denúncias de corrupção no Ministério da Saúde lançaram ainda mais lama sobre o Planalto. E, claro, sobre o personagem mais suspeito: o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR). Um dos próceres do Centrão, Bar-

ALERTA À PGR

A ministra Rosa Weber, relatora do pedido de investigação de Bolsonaro, passou carão em Augusto Aras. Ministério Público não pode ser “espectador das ações dos Poderes da República”

ros é o responsável pelas indicações de afilhados políticos que estão enrolados e sob suspeita de montarem um esquema de desvio de recursos públicos em meio à maior tragédia sanitária da história do país.

O governo até agora não desistiu do aliado, mas já atirou o afilhado de Barros, o diretor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Ferreira Dias ao mar. Sua exoneração foi anunciada na quarta-feira, 30 de junho e já foi publicada pelo Diário Oficial da União. Dias será ouvido pela CPI nos próximos dias. Ele deve muitas explicações, mas até agora deu as declarações de praxe à imprensa: não participou de esquemas.

No dia anterior, na terça, 29, a *Folha de S.Paulo* trazia um novo elemento para reforçar a suspeita de que o governo está

Isac Nóbrega/PR

PROXIMIDADE

O procurador-geral da República, Augusto Aras, foi obrigado a abrir a investigação para apurar prevaricação de Bolsonaro. No início da semana, o parecer da PGR era pelo arquivamento do caso. O chefe do MPF voltou atrás





Geraldo Bubniak



Anderson Riedel/PR



Alessandro Dantas

QUEM É QUEM NO ESQUEMA

Ricardo Barros, líder do governo na Câmara, é homem de confiança de Bolsonaro, com quem tem proximidade desde que o presidente era do PP. Seria o responsável pelo esquema de propinas no Ministério da Saúde.

Roberto Ferreira Dias, ex-diretor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde. Ingressou na pasta pelas mãos de Ricardo Barros, ainda no governo Michel Temer. Foi quem teria pedido US\$ 1 de propina por dose,

Luiz Domingueti, representante da Davati Medical, fez a denúncia sobre pedido de propina de Dias, então diretor do Ministério da Saúde, num encontro em fevereiro. O esquema seria sobre 400 milhões de doses da AstraZeneca.

carcomido pela corrupção. O representante da Davati Medical Supply no Brasil, o policial militar Luiz Paulo Domingueti, revelou que, em fevereiro, em um jantar em Brasília, o então diretor de Logística Roberto Dias pediu propina de US\$ 1 por dose de vacina para a empresa assinar um contrato com o ministério.

A negociação, segundo a reportagem, envolveria 400 milhões de doses da vacina da AstraZeneca. Ele revelou ainda à Folha, que o coronel da reserva Marcelo Blanco participou do jantar. Horas após a reportagem da Folha ser publicada, ainda na noite de terça, o Ministério da Saúde anunciou a exoneração de Dias. A pasta não citou o motivo e disse que a portaria seria publicada na quarta-feira no Diário Oficial da União.

O mais suspeito é que a AstraZeneca informou que não tem intermediários no Brasil. A em-

presa farmacêutica diz que todas as doses de vacina do laboratório estão disponíveis por meio de acordos firmados com governos e organizações multilaterais, como o consórcio internacional Covax Facility, da Organização Mundial da Saúde (OMS). A empresa acrescentou que não disponibiliza vacinas para o mercado privado, nem para prefeituras e governos estaduais.

Na quarta-feira, o tenente-coronel Marcelo Blanco, assessor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde, perdeu uma das funções no Ministério da Saúde, a de substituto eventual do diretor do órgão. A decisão, publicada no Diário Oficial da União, é assinada pelo secretário-executivo da pasta, Rodrigo Cruz.

Convocado à CPI para prestar esclarecimentos, Domingueti confirmou ter recebido o pedido de propina de Roberto Dias. “Era

US\$ 1 por dose. US\$ 3,50, excelência, a primeira proposta. A Davati estava ofertando ao Ministério da Saúde 400 milhões de doses”, afirmou. Não trouxe nenhuma prova, mas reafirmou o que já havia declarado à imprensa.

Apesar disso, o depoimento de Domingueti à CPI, na quinta-feira, 1º, foi cercado de polêmica. Senadores desconfiaram dos reais motivos por trás das denúncias apresentadas pelo policial militar sobre o esquema de corrupção na negociação da AstraZeneca. Durante o depoimento, ele informou à comissão que o deputado Luis Miranda procurou a empresa representada pelo policial para intermediar a compra de vacinas.

O PM apresentou um áudio, repassado pelo CEO da Davati no Brasil, Christiano Alberto Carvalho. Curioso é o fato de que Carvalho já foi visto em palestra ao lado do empresário bolsonarista Carlos Wizard, outro suspeito na mira da



Alessandro Dantas

CPI por integrar o chamado “Gabinete das Sombras”, que auxilia Bolsonaro durante a pandemia, recomendando medicamentos ineficazes para a Covid, como a ivermectina e a cloroquina.

Na gravação apresentada à CPI, Miranda diz que tem “potencial comprador e com potencial de pagamento instantâneo”. O PM insinuou que o deputado se referia ao irmão, o servidor da Saúde Luis Ricardo, também presente à CPI na mesma sessão e autor da denúncia do esquema na Saúde.

Quase imediatamente, Miranda rebateu a versão de Domingueti, dizendo que o áudio é de 2020 e que tratava da compra de luvas. “A intenção é clara desde o princípio, é descredibilizar as testemunhas que de fato trouxeram evidência que existe corrupção dentro do Ministério da Saúde”, apontou o parlamentar. Ele disse que irá apresentar o áudio original, registrado em cartório, e provar a existência do esquema na pasta. Domingueti teve o celular apreendido pela comissão e chegou a ser ameaçado de prisão.

O senador Rogério Carvalho o acusou de ser um agente infiltrado pelo governo na CPI. “Domingueti é um bolsonarista e foi plantado para desqualificar uma

das principais linhas da CPI. As denúncias de corrupção no Ministério da Saúde”, acusou. Ele identificou o PM como bolsonarista convicto nas redes sociais, mostrando vários posts em seu perfil no Facebook. E apontou seu depoimento como mais uma estratégia diversionista do governo, lembrando que o Ministério da Saúde não precisa de intermediários para comprar vacinas.

Humberto Costa também ficou

DOMINGUETTI DISSE À CPI QUE RECEBEU PEDIDO DE PROPINA DE US\$ 1, POR DOSE, DO DIRETOR ROBERTO DIAS, EXONERADO DO MINISTÉRIO

ARMADILHA DESMONTADA

No depoimento do PM à CPI, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) percebeu a manobra e denunciou: “Domingueti é um bolsonarista e foi plantado para desqualificar uma das principais linhas da CPI. As denúncias de corrupção no Ministério da Saúde”

desconfiado. “A testemunha tem todo o jeito de ter sido plantada”, disse. “Mas faz uma gravíssima denúncia contra integrantes do governo que precisa ser apurada: pedido de propina para a aquisição de vacinas. Ele pode estar a serviço do bolsonarismo ou de briga de gangues que atuam no Ministério da Saúde”, comentou.

O policial vendedor de vacina informou que outros dois técnicos do ministério tinham conhecimento da proposta de venda da AstraZeneca, além de Roberto Dias. O então secretário-executivo do Ministério da Saúde, Elcio Franco, número dois do então ministro General Eduardo Pazuello, e um servidor de nome Laurício, identificado como integrante do setor de vigilância sanitária. Domingueti relatou que o contato com Franco e Laurício foi feito por meio de uma ONG do Distrito Federal que faz serviços humanitários. Ambos serão ouvidos novamente pela comissão.

“É evidente que há uma tentativa de tumultuar e desmoralizar a CPI”, aponta Humberto Costa. “Faz parte disso, a desqualificação do deputado Luiz Miranda que afirmou ter levado a Bolsonaro denúncia de corrupção na compra da Covaxin. O jogo é extremamente bruto”, acusa. •



Olimpio

PREJUÍZO DE R\$ 122 MILHÕES

General da ativa, o ex-ministro Eduardo Pazuello enfrenta na Justiça ação movida pelo MPF por improbidade administrativa. É acusado de omissão e negligência no trato das negociações das vacinas. “Isso custou caro à sociedade”, apontam procuradores

Um dos maiores responsáveis pela tragédia humanitária que ocorre no país, ao lado do presidente Jair Bolsonaro, o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello poderá ser punido por prejuízos aos cofres públicos. Além do risco de ser julgado por crimes contra a humanidade pela gestão genocida à frente da pasta, o “especialista” em logística de Bolsonaro terá de enfrentar na Justiça uma ação do Ministério Público Federal por improbidade administrativa. A ação estabelece danos da ordem de R\$ 122 milhões ao país.

Pazuello poderá se tornar réu

em breve por danos ao patrimônio público e violação aos princípios da administração federal. O documento que sustenta a ação foi assinado por oito procuradores da República e identifica omissões flagrantes, como a falta de vacinas e a promoção de medicamentos ineficazes contra a Covid-19. Segundo os procuradores, os remédios prescritos pelo ministério no chamado kit covid – ivermectina, cloroquina e hidroxicloroquina, entre outros – foi responsável por “enorme prejuízo ao patrimônio público e à saúde da população”.

“A omissão e a negligência do ex-ministro da Saúde no trato das negociações das vacinas

custou caro à sociedade – que sofre os efeitos sociais de uma economia em crise e sem perspectiva de reação –, à saúde da população – que amarga índices descontrolados de morbidade e mortalidade por Covid-19 – e ao SUS – cujos leitos de UTI Covid adulto, só no primeiro semestre de 2020, custaram R\$ 42 milhões por dia ou R\$ 1,27 bilhão por mês –, apontam os procuradores.

O Ministério Público pede ressarcimento integral do prejuízo apontando, além de uma multa em dobro pelo valor dos danos causados pela ação do general à frente do Ministério da Saúde. Os procuradores recomendam também a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos de 5 a 8 anos e proibição de contratar por meio do Poder Público.

“A resistência do ex-ministro da Saúde em negociar a contratação e a aquisição de vacinas, com a antecedência e o planejamento necessários, é injustificável e irrazoável”, aponta a ação. De acordo com estudos citados na peça, “quase 100 mil óbitos podem ser atribuídos à omissão governamental na aquisição de vacinas com a urgência que o enfrentamento da pandemia reclamava”.

Os procuradores afirmam ainda que o ex-ministro foi omisso no papel de gestor nacional do SUS ao deixar de coordenar ações de controle, aquisição e

distribuição de medicamentos essenciais para pacientes internados por Covid. Nesse sentido, sustentam que Pazuello deixou de promover campanhas informativas e educacionais sobre a necessidade de distanciamento social e o uso de máscaras.

Na ação, o MPF relata que o Pazuello foi, injustificadamente, omissos na ampliação de testes para a população e na distribuição de milhares de kits de testes PCR, a ponto de perderem a sua validade nos almoxarifados do Ministério da Saúde. E acusa

o general de agir deliberadamente para dificultar o acesso da sociedade às informações essenciais sobre a epidemia, suprimindo a publicidade de dados relevantes ao seu acompanhamento e evolução.

O MPF argumenta ainda que, as decisões de gestão deveriam ser técnicas, mas foram adotadas por força de influências externas. “Está comprovado o comportamento doloso ilícito do ministro e

perfeitamente configurado o ato de improbidade administrativa que, em última análise, é a deslealdade qualificada da conduta do agente público frente ao cidadão a quem deveria servir – é a imoralidade manifesta no trato da coisa pública, visto que a decisão, que deveria ser de âmbito técnico, é adotada para privilegiar, atender, beneficiar não a coletividade/ o interesse público, mas sim sentimento pessoal ou interesse de terceiro”. •

“A RESISTÊNCIA DO EX-MINISTRO DA SAÚDE EM NEGOCIAR A CONTRATAÇÃO E A AQUISIÇÃO DE VACINAS É INJUSTIFICÁVEL E IRRAZOÁVEL”

CALADO, WIZARD SE INCRIMINA

Finalmente presente à CPI da Covid, na quarta-feira, 30, o empresário Carlos Wizard recorreu a um habeas corpus concedido pelo ministro Luis Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, para ficar em silêncio. Não respondeu a nenhuma pergunta dos senadores. Considerado como o chefe do “Gabinete das Sombras”, cuja atuação desastrosa colocou o país na dianteira do ranking mundial de mortos diários por Covid, Wizard ficou calado diante de dezenas de perguntas feitas pelo relator Renan Calheiros (MDB-AL) e outros parlamentares.

Diante do silêncio vergonhoso do amigo de Jair Bolsonaro, Calheiros expôs vídeos nos quais Wizard aparece como mentor do gabinete paralelo do presidente. Ele ficou conhecido como um dos principais conselheiros do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello.

O “depoimento” do empresário contrastou com sua atuação nas redes sociais, onde mentiu compulsivamente sobre medicamentos sem eficácia contra a Covid-19 e zombou da adoção do isolamento social. A CPI exibiu um vídeo no qual Wizard desdenha de modo criminoso dos mortos pela doença, dizendo que cinco vítimas foram a óbito porque “ficaram em casa”.

Outras evidências de ações criminosas foram identificadas pela análise vídeos e reportagens com e sobre Wizard, a despeito da postura do empresário. Seu silêncio foi comparado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) ao de Bolsonaro em relação ao escândalo da Covaxin: “É uma marca do governo Bolsonaro”. •



Alessandro Dantas

A FORÇA DO **IMPEACHMENT** ESTÁ NAS **RUAS** E NO **POVO**

Mobilização da sociedade é questão de sobrevivência do Brasil como Nação, diante de um governo de destruição, com projeto autoritário de poder e política de genocídio deliberado

Por Gleisi Hoffmann

Aluta pela abertura do processo de impeachment de Jair Bolsonaro, por seus inúmeros crimes de responsabilidade, é questão central para a defesa da vida, da democracia e dos direitos da população. O impeachment tornou-se, de fato, uma questão de sobrevivência do Brasil como Nação, diante de um governo de destruição, com um projeto autoritário de poder e uma política de genocídio deliberado na pandemia do coronavírus.

Por todas estas razões, o PT vem empunhando esta bandeira e teve participação ativa na construção do chamado “superpedido de impeachment”, protocolado na Câmara dos Deputados na quarta-feira, 30 de junho. Esta petição reúne mais de 20 crimes de responsabilidade de Jair Bolsonaro que já haviam sido denunciados em 123 pedidos anteriores, inclusive por nosso partido, e foram engavetados pelo presidente da Câmara, Arthur Lira, e por seu antecessor, Rodrigo Maia.

A força do superpedido de impeachment está nos argumentos muito sólidos que o sustentam e também na amplitude das forças políticas e sociais que o apresentaram. Além de ser assinado por todos os partidos de oposição, conta com representantes de partidos do centro e da direita, que votaram em Bolsonaro e até participaram de seu governo e sua base de apoio. E o pedido conta, principalmente, com a representatividade social dos movimentos populares, das centrais sindicais e das mais diversas organizações sociais e porta-vozes da democracia e dos direitos em nosso país.

É a força das ruas, no entanto, que terá capacidade de fazer o impeachment avançar num Congresso onde a maioria, a começar pelo presidente da Câmara, se mostra insensível à tragédia que

já ceifou a vida de mais de meio milhão de homens, mulheres e crianças em nosso país. Insensível aos crimes de Bolsonaro contra as instituições, seus ataques à democracia, suas ligações carnais com as milícias, com o crime organizado e com os que roubam dinheiro público. Uma maioria que se compõe com este governo criminoso para obter vantagens e avançar com voracidade sobre o Orçamento da União.

O PT está nessa luta de forma coerente e unificada, sempre

NÃO TEMOS ILUSÃO DE QUE BOLSONARO CAIRÁ PELA VONTADE OU PELO ARREPENDIMENTO DAS ELITES QUE O COLOCARAM NO PLANALTO

buscando ampliá-la junto aos diversos setores sociais e políticos do país, junto aos que defendem a democracia e o respeito à vida como questões fundamentais. Nós sempre apoiamos e estamos participando da convocação conjunta dos atos e manifestações de rua pelo Fora Bolsonaro, conscientes das medidas que temos de tomar para reduzir os riscos de contágio.

Estamos conscientes também de que a imensa maioria da população já se expõe a esses ris-

cos na luta cotidiana pela sobrevivência, porque foi abandonada pelo governo Bolsonaro na hora mais difícil; porque não tem vacina, não tem o auxílio necessário dos R\$ 600, não tem políticas públicas para enfrentar nem a pandemia nem a crise econômica por ela agravada.

Não temos nenhuma ilusão de que seu governo cairá pela vontade ou pelo arrependimento das elites que o colocaram onde está, porque são elas que mais se aproveitam da miséria e da pobreza causadas pelo modelo concentrador de riqueza e privilégios que Bolsonaro executa. Com ele ou sem ele, estes setores poderosos sempre estarão contra o povo e contra o projeto de país que o PT defende e que o presidente Lula representa.

Nós defendemos o impeachment para livrar o Brasil de Bolsonaro e de todo o mal que ele encarna. Não há cálculo político nem eleitoral nessa decisão, que não seja encerrar o capítulo trágico da história que este governo representa. O impeachment por crime de responsabilidade – neste caso, por incontáveis crimes de responsabilidade – é a resposta democrática constitucional, que só a pressão organizada e massiva da sociedade fará acontecer.

Encerrada esta aberração chamada Bolsonaro, o Brasil continuará diante do imenso desafio de reconstruir a economia em bases que possam gerar os milhões de empregos necessários, de eleger um governo voltado a combater a desigualdade, vencer novamente a fome e garantir os direitos do povo e o primado da democracia. É para enfrentar esse desafio que a esperança do povo brasileiro se traduz em um nome: Luiz Inácio Lula da Silva. •

* Advogada, é presidenta nacional do PT e deputada federal pelo Paraná.



Reprodução

SÃO PAULO O povo nas ruas novamente no sábado, 3 de julho, em protesto contra o presidente da República

REPÚDIO AO GENOCIDA

Oitocentos mil brasileiros voltam às ruas de 360 cidades do país para pedir o impeachment de Jair Bolsonaro, responsável pela morte de 520 mil pessoas. Manifestações foram intensas e descortinam a pressão das ruas para que Arthur Lira abra o processo de afastamento do presidente

O povo voltou a colocar a voz nas ruas brasileiras, no sábado, 3 de julho, exigindo a saída de Jair Bolsonaro da Presidência da República e o responsabilizando diretamente pela morte de mais de 520 mil brasileiros, vítimas do descaso e da política de saúde criminosa do governo de extrema-direita. O

mundo viu correr as imagens de enormes multidões de manifestantes – mais de 800 mil pessoas – em mais de 360 cidades do país para exigir a remoção do presidente, envolvido em corrupção e fiador de uma política sanitária negacionista que coloca em risco a vida da população.

Dezenas de milhares de manifestantes saíram às ruas do Rio de



Dado Galtieri/New York Times

RIO DE JANEIRO Milhares de pessoas ocuparam a Avenida Presidente Vargas para denunciar as 520 mil mortes

Janeiro na manhã de sábado, enquanto os apelos pelo impeachment de Jair Bolsonaro se intensificavam após as acusações de que integrantes de seu governo haviam tentado lucrar ilegalmente com a compra das vacinas da Covid, importadas pelo Ministério da Saúde. “O povo acordou”, disse Benedita da Silva (PT-RJ), 79 anos, veterana deputada da esquerda carioca, em comício no Rio. Além do impeachment, os protestos pediram mais vacinas e o auxílio emergencial de R\$ 600.

Pela primeira vez, os protestos convocados por entidades e movimentos sociais, que também têm o respaldo de partidos políticos e centrais sindicais, contou com líderes políticos e militantes do centro e da direita que antes hesitavam em aderir aos atos. Até o PSDB de São Paulo endossou os atos contra o governo do

genocida. “Essas manifestações são pelo impeachment e pela certeza de que teremos a continuidade da democracia”, disse o senador Humberto Costa (PT-PE), direto das ruas do Recife.

Pela terceira vez, em menos de dois meses, milhares de pessoas tomaram as ruas para exigir a saída de Bolsonaro do Palácio

PELA TERCEIRA VEZ, EM MENOS DE DOIS MESES, MILHARES DE PESSOAS TOMARAM AS RUAS PARA EXIGIR A SAÍDA DE BOLSONARO DO PALÁCIO DO PLANALTO

do Planalto. Diante das ameaças golpistas e autoritárias de Bolsonaro, a defesa da democracia e do patrimônio nacional também estão no centro das manifestações. Os protestos também ocorreram em pelo menos 15 outros países.

Na manhã de sábado, a exemplo do atos de 29 de maio e 19 de junho, várias capitais abrigaram protestos, como Belém, Campo Grande, Florianópolis, Goiânia, João Pessoa, Maceió, Porto Velho, Recife, Rio de Janeiro, São Luís e Teresina. No exterior, cidades europeias como Berlim, Hamburgo, Dublin e Viena foram as primeiras a registrar manifestações. Nos Estados Unidos, houve protestos em Nova York, Washington, Miami e outras cidades.

De acordo com a imprensa internacional, muitos nas manifes-



Reprodução

INDIGNAÇÃO Gleisi e dirigentes do PT estiveram na Avenida Paulista para endossar a revolta do povo horrorizado...

tações, pelo menos no Rio, disseram que não eram membros da esquerda e simplesmente queriam se livrar do líder de extrema direita, a quem acusam de condenar milhares de seus brasileiros à morte com sua caótica resposta ao coronavírus, agora agravada pelas suspeitas de corrupção e prevaricação.

O ator Paulo Betti foi para as ruas do Rio carregando uma bandeira nacional. "Estamos aqui para homenagear os mortos e

declarar: 'Estamos vivos!'", disse o artista de 68 anos, condenando os ataques de Bolsonaro à Amazônia. A atriz Sílvia Buarque também manifestou apoio à destituição do presidente. "Esta pandemia me convenceu de que não podemos esperar para eliminá-lo", disse. "Não podemos permitir que esta destruição continue".

O ato aconteceu na Avenida Presidente Vargas, e na Cinelândia, no Centro do Rio. Entre cartazes contra o presidente, des-

tacaram-se também bandeiras do Brasil e do movimento LGBTQIA+. Devido à pandemia, alguns manifestantes distribuíram álcool em gel e máscara para os demais presentes no ato.

Inicialmente previstas apenas para o próximo dia 24, as manifestações foram antecipadas após crise desencadeada no governo frente as suspeitas sobre a compra da vacina indiana Covaxin e a acusação de pedido de propina para aquisição de do-

Paulo Pinto/Fotos Públicas



Rio de Janeiro



Brasília



Flávio Ferreira/Folhapress



Sérgio Silva/FPA

...com a negligência do governo com a saúde, corrompida por notas de US\$ 1. A fúria contra o fascismo que mata

ses da AstraZeneca. Os protestos foram organizados às pressas e ocorrem exatas duas semanas depois dos últimos atos contra Bolsonaro, em 19 de junho.

Na cidade de São Paulo, o ato começou às 15 horas. Em cidades do interior do estado, como Sorocaba, Jundiaí, Bauru e Piracicaba, houve manifestações no início da manhã. A presidenta nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), compareceu ao ato, ao lado de Fernando Haddad, Jilmar Tat-

Ricardo Stuckert

to, Paulo Teixeira e outros dirigentes da legenda. "Em SP junto com o povo que exige o impeachment de Bolsonaro e o fim do governo da morte", disse. "Queremos vacinas, renda mínima de R\$ 600 até o fim da pandemia e cadeia para o genocida, que deixou brasileiros morrerem por causa de um esquema de corrupção".

Outros manifestantes presentes no ato da Avenida Paulista espalharam réplicas de notas de US\$ 1 estampadas com o rosto

do presidente brasileiro e manchadas com tinta vermelha. O material faz referência direta à denúncia de Luiz Dinguetti, representante da empresa Davati Medical Supply. Ele relatou que o ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Ferreira Dias, teria cobrado propina de US\$ 1 por dose de vacina pelo contrato para a aquisição de 400 milhões de unidades do imunizante contra a Covid-19 da AstraZeneca. •

Cadaver Passos/Jornalistas Livres



Belo Horizonte



GENOCIDA E CORRUPTO: FORA, BOLSONARO!

Só o povo na rua, com todas as medidas de segurança – máscaras, álcool em gel e distanciamento –, poderá forçar Arthur Lira a abrir o processo de afastamento do presidente

Por Elvino Bohn Gass

Nunca antes, na história brasileira, um presidente da República cometeu tantos crimes contra a vida da população, o dinheiro público e as instituições. Há uma interminável lista de delitos e crimes de responsabilidade praticados por Jair Bolsonaro à frente da Presidência da República.

O rol de práticas criminosas da família do presidente e de seu governo, que já incluía rachadinhas, contrabando de madeira, tráfico de influência e intervenção na Polícia Federal, se ampliou com as denúncias recentes sobre o superfaturamento da vacina indiana Covaxin, cobrança por fora para a aquisição da Astrazeneca/Oxford e outros delitos que vêm sendo apurados pela CPI da Covid.

Esses escândalos se juntaram às denúncias de atentado à vida da população e ameaças à democracia e às instituições.

Tudo listado no superpedido de impeachment protocolado na Câmara dos Deputados, dia 30 de junho, com a presença de um amplo leque de parlamentares da esquerda, centro-esquerda e da direita, num movimento histórico que mostra que os interesses nacionais estão acima de divergências políticas e ideológicas.

Nas 271 páginas, o documento unifica os mais de 120 pedidos de impeachment que já haviam sido apresentados e lista os crimes cometidos por Bolsonaro, que vão desde a compra e incentivo ao uso de medicamentos



**ENQUANTO
BOLSONARO
CONTINUAR NO
CARGO, O PAÍS
PERMANECERÁ
NO ATOLEIRO
ECONÔMICO,
SOCIAL, SANITÁRIO
E AMBIENTAL**

sem eficácia comprovada contra a Covid-19, como a cloroquina, até o desrespeito às instituições, como o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, e o es-

tímulo, em atos públicos, à volta da ditadura militar ao Brasil.

Nesse cenário, o povo jogará peso estratégico, reforçando o movimento iniciado em 29 de maio, que prosseguiu em 19 de junho, com milhares de pessoas em centenas de cidades brasileiras em defesa da vida e do impeachment do genocida Bolsonaro. O movimento continuou neste 3 de julho, com o PT, outros partidos de oposição, as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, a Coalizão Negra, centrais sindicais, igrejas e organizações sociais.

Só o povo na rua, com todas as medidas de segurança, poderá forçar o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a abrir o processo de impeachment. A Câmara não pode se omitir diante de tantos crimes, correndo o risco de passar para a história como instituição apoiadora do genocídio. O processo, uma vez no plenário, poderá mostrar ao povo quem defende um governo criminoso. É uma questão inadiável.

Enquanto Bolsonaro continuar no cargo, o país permanecerá no atoleiro econômico, social, sanitário e ambiental, com a fome ameaçando lares brasileiros e o desemprego de 40 milhões. Bolsonaro é uma ameaça à vida, com seu desprezo à vacina e medidas sanitárias. A imagem mais cruel do deboche é o pedido a uma menina de 10 anos para retirar a máscara de proteção facial.

A Câmara não pode se furtar de abrir impeachment. A hora chegou: Fora, Bolsonaro! •

* Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é líder do PT na Câmara dos Deputados



MAIS UMA VITÓRIA DE LULA NA JUSTIÇA

Ricardo Stuckert

STF anula prova falsa da Odebrecht usada contra o ex-presidente. Lewandowski confirma autenticidade das mensagens secretas de Curitiba extraídas dos arquivos oficiais da Operação Spoofing

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva não para de obter vitórias importantes na Justiça, confirmando suas alegações de que foi vítima de uma perseguição implacável promovida pela Operação Lava Jato. Na segunda-feira, 28, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski anulou as provas produzidas contra Lula pela Odebrecht, no famigerado acordo de leniência fechado com os procuradores da força-tarefa de Curitiba, impedindo seu uso pela Justiça Federal de Brasília.

A decisão de Lewandowski reconhece as mensagens extraídas dos arquivos oficiais da Operação Spoofing com autorização do Supremo Tribunal Federal, o que confirma a atuação ilegal do ex-juíz Sergio Moro e dos procuradores da chamada República de Curitiba. A decisão foi tomada inicialmente em relação ao inquê-

rito relacionado à sede do Instituto Lula, no qual o ex-presidente chegou a ser considerado réu com mais três pessoas.

Os advogados de Lula – Cristiano Zanin e Valeska Martins – comemoraram a sentença: “A decisão é fruto de um questionamento que iniciamos em 2017 e reconhece a autenticidade das mensagens que extraímos dos arquivos oficiais da Operação Spoofing com autorização do Supremo Tribunal Federal, mostrando uma atuação manifestamente ilegal do ex-juíz Sergio Moro e dos procuradores nos casos do ex-presidente Lula”.

Em nota distribuída à imprensa, a defesa do ex-presidente comentou que está provada a ocorrência da cooperação internacional no acordo de leniência da Odebrecht, feito de maneira irregular e ilegal. “O acordo é imprestável em relação a Lula, para além das nulidades já sedimentadas e que

decorrem da suspeição do ex-juíz e da incompetência da Justiça Federal de Curitiba”, destacaram.

No despacho, Lewandowski bate duro na República de Curitiba: “Salta à vista que, quando o Supremo Tribunal Federal declarou a incompetência do ex-juíz Sérgio Moro para o julgamento de Luiz Inácio Lula da Silva, reconheceu também, implicitamente, a incompetência dos integrantes da força-tarefa Lava Jato responsáveis pelas investigações e, ao final, pela apresentação da denúncia”.

O ministro apontou que os diálogos da Operação Spoofing mostram que houve um conluio entre integrantes do Ministério Público Federal e o ex-juíz, sendo que as mensagens não foram desmentidas. Lewandowski diz que a perícia realizada pela PF no material apreendido em nenhum momento atestou “a ausência de autenticidade do material apreendido”. •



Divulgação

DESEMPREGO É RECORDE

Em um ano, 3,3 milhões de pessoas foram excluídas do mercado de trabalho, de acordo com levantamento do IBGE. Menos da metade da população em idade de trabalhar mantém alguma ocupação. A crise no emprego é fruto da política de austeridade suicida de Bolsonaro e Guedes, não apenas a pandemia

O Brasil permanece mergulhado numa crise social sem precedentes, apesar das comemorações sobre o PIB, enaltecido pela mídia comercial e o governo. Mais de 3 milhões de pessoas perderam suas ocupações entre abril do ano passado e abril de 2021. Essa é apenas uma das más notícias da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada na quar-

ta-feira, 30, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os números mostram a tragédia no mercado de trabalho nacional, fruto da política econômica destrutiva de Jair Bolsonaro e Paulo Guedes.

De acordo com o IBGE, a taxa de desocupação no país chegou a 14,7% no trimestre fechado em abril, 0,4 ponto percentual acima do trimestre encerrado em janeiro (14,2%). O número de desempregados variou 3,4%, com mais 489 mil

desocupados, totalizando 14,8 milhões de pessoas. Essa taxa e o contingente de desocupados mantêm o recorde registrado no trimestre encerrado em março, o maior da série desde 2012. “O cenário foi de estabilidade da população ocupada (85,9 milhões) e crescimento da população desocupada, com mais pressão sobre o mercado de trabalho”, afirma a analista Adriana Beringuy, do IBGE.

O país alcançou uma taxa de informalidade de 39,8% no mercado de trabalho no trimestre até abril, com 34,2 milhões de trabalhadores atuando informalmente, segundo os dados da Pnad Contínua.

Um quadro muito diferente quando o PT estava à frente do governo. O Brasil fechou 2014, quando Dilma Rousseff foi reeleita com 54,5 milhões de votos, com a menor taxa de desemprego da história do país. Na média do ano, ficaram sem trabalho 4,8% dos brasileiros pesquisados pelo IBGE em seis regiões metropolitanas do país - Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Porto Alegre). Essa era a menor taxa de desemprego desde 2003, quando o instituto adotou a metodologia atual de análise. Em 2013, o desemprego tinha sido de 5,4%.

Golpe piorou trabalho

Após o Golpe de 2016, mesmo com as promessas de emprego, os governos Temer e Bolsonaro levaram o país a maior crise em seu mercado de trabalho, mesmo depois de aprovarem duas reformas trabalhistas que, em vez de ajudarem, pioraram o quadro de emprego no país.

Segundo o IBGE, o nível de ocupação (48,5%) no país no trimestre de abril continua abaixo de 50% desde maio do ano passado. Isso indica que menos da

metade da população em idade para trabalhar está ocupada no país. “Ainda registramos perdas importantes da população ocupada (-3,7%), mas já tivemos percentuais maiores. Estamos observando, portanto, uma redução no ritmo de perdas a cada trimestre. No cômputo geral, contudo, temos menos 3,3 milhões de pessoas trabalhando desde o início da pandemia”, pondera Beringuy.

A deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), presidenta nacional do PT, reforçou as críticas ao governo e atribuiu a responsabilidade pelo flagelo social no país à agenda econômica imposta por Bolsonaro e Guedes. “Brasil sob Bolsonaro é só recorde: 14,8 milhões de brasileiros desempregados, 6 milhões de pessoas desistiram de procurar trabalho, 34,2 milhões de pessoas na informalidade. Além de genocida e corrupto, incompetente”, atacou.

O deputado Henrique Fontana (PT-RS) lembra que o desastre é anterior à pandemia do coronavírus. “Jurema Werneck aponta que em 2019 era notório o aumento do desemprego, da insegurança alimentar e da precariedade do trabalho informal e que, quando chegou a pandemia, governo não fez políticas públicas para enfrentar essa situação”, criticou. “Bolsonaro escolheu deixar o Brasil passar fome”, diz o parlamentar gaúcho.

Entre as categorias profissionais, somente os trabalhadores por conta própria cresceram, de acordo com o levantamento do IBGE - 2,3%, ou mais 537 mil pessoas -, totalizando 24 milhões. “Essa forma de inserção no mercado tem um contingente mais elevado agora do que em abril de 2020. Observamos uma reação maior no trabalho por conta própria do que no emprego com carteira no setor privado”, diz a analista do IBGE. •

FAMÍLIAS MAIS ENDIVIDADAS

Além do desemprego recorde e das dificuldades agravadas pela pandemia e a política econômica de austeridade que amplia a desigualdade, as famílias brasileiras enfrentam mais dificuldades por conta do endividamento crescente. Dados da Confederação Nacional do Comércio aponta que as fragilidades no mercado de trabalho, a inflação mais elevada e o menor valor do auxílio emergencial para os informais este ano estão pesando em casa.

O endividamento das famílias chegou, em junho, a 69,7%, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da CNC. É o maior patamar da série histórica da pesquisa, iniciada em 2010, e representa uma alta de 1,7 ponto percentual frente a maio, quando estava em 68%. Em junho de 2020, a taxa estava em 67,1%.

O indicador considera o total de famílias que relatam ter dívidas, seja com cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal ou prestação de carro e de casa.

Já a parcela das famílias com dívidas ou contas em atrasos aumentou de 24,3% em maio para 25,1% em junho. Neste caso, o patamar de junho de 2020 era superior (25,4%). Também avançou o percentual de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso - ou seja, ficarão inadimplentes: passou de 10,5% em maio para 10,8% em junho. Há um ano, em junho de 2020, o nível era 11,6%. •



Divulgação

O ENSINO BRASILEIRO EM TEMPOS DE PANDEMIA

A luta dos profissionais da Educação e a construção de escolas saudáveis no Brasil são fundamentais. Projetar o pós-crise sanitária passa por encará-la como política de Estado e alçar os professores ao lugar de protagonistas

Por Professora Bebel

A pandemia da Covid-19 ceifou, ao longo de quase 15 meses, cerca de 4 milhões de pessoas, das quais mais de 500 mil brasileiras e brasileiros. Seus impactos econômicos e sociais ainda são de difícil

mensuração, mas é evidente que nada será como antes em todas as dimensões da vida humana.

A educação foi muito afetada por esse cenário, que provocou o fechamento de escolas e mudanças profundas na rotina de milhões de profissionais e de estudantes. Foi fraturado o sentido freireano de uma educação como prática de liberdade, que

se realiza como processo intersubjetivo - e, portanto, de encontro - de estudantes e professores.

Desde o primeiro momento os profissionais da Educação fizeram uma escolha difícil - a única possível, porém, num contexto de crise sanitária -: a defesa do direito à vida. Aprendizagem, afinal, se recupera. Vidas, não. Simultaneamente a isso, lutaram

pela priorização desse público nas campanhas de vacinação e escancararam a profunda desigualdade existente nas escolas do país.

É bem verdade que a desigualdade educacional é anterior à pandemia. Sua emergência, no entanto, expôs o que todos aqueles que têm contato com o “chão da escola” sabiam desde muito. Esse equipamento, responsável por garantir o acesso ao direito à educação, primeiro direito social consagrado pela Constituição Cidadã de 1988, nunca foi prioridade para os governos alinhados à direita no espectro político.

No estado de São Paulo, governado há décadas pelo PSDB, diagnóstico do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), feito em agosto de 2020 a pedido da APEOESP, concluiu que 82% das escolas não têm mais de dois sanitários para uso dos estudantes e 48% não têm sanitário acessível para pessoas com deficiência; 13% não têm quadra ou ginásio; 11% não têm pátio para atividades ao ar livre.

As escolas paulistas tampouco estão preparadas para ampliar o uso da tecnologia no processo educativo. As dificuldades de acesso às plataformas virtuais comprovam que o governo paulista demorou para enxergar a exclusão tecnológica dos estudantes - mais de 700 mil dos 3,8 milhões de alunos da rede pública estadual de ensino vivem abaixo da linha da pobreza, de acordo com dados do SEADE.

Entre os professores, é histórico o descaso com as ações formativas e de aperfeiçoamento para uso da tecnologia, que se soma à falta de condições adequadas de trabalho e de valorização dos profissionais do magistério. Este tema, aliás, está expressamente

previsto na lei que instituiu o Plano Estadual de Educação, aprovado por unanimidade na Alesp em 2016, numa meta própria - a Meta 17 - e segue ignorado pelo Executivo.

Por meio da luta, no entanto, os professores conseguiram obter acesso à vacina. E atuaram decisivamente no convencimento e na mobilização das famílias dos estudantes. Menos de 5% dos alunos da rede pública estadual de ensino voltaram às atividades presenciais, quando o governo

A APEOESP TEM APONTADO A NECESSIDADE DE SE REALIZAR UM AMPLO DIAGNÓSTICO PRECISO SOBRE AS PERDAS NA PANDEMIA

Doria decidiu reabrir as escolas, no início de 2021, descumprindo sentença em ação movida pela APEOESP que determinava o seu fechamento durante as fases vermelha e laranja do Plano SP.

Bem por isso, projetar o pós-pandemia na Educação passa por encará-la como política de Estado e alçar os professores ao lugar de protagonistas. A APEOESP tem apontado a necessidade de se realizar um amplo diagnóstico preciso sobre as perdas no período da pandemia, baseado

em dados que levem em conta a desigualdade e a exclusão educacionais.

Esse diagnóstico deverá servir de base para um plano emergencial de recuperação de aprendizagem baseado numa metodologia que permita trabalhar os conteúdos perdidos em conjunto com o desenvolvimento regular do currículo. Sua execução passa por contratar professores e capacitá-los para atuar nesse cenário de guerra.

É preciso também levar a gestão democrática da Educação, mandamento de grandeza constitucional, mais a sério, e isso significa ouvir toda a comunidade escolar. A APEOESP encomendou ao Vox Populi uma pesquisa, que será divulgada na segunda quinzena de julho, para colher as várias percepções de professores, pais e estudantes sobre a escola no pós-pandemia.

De antemão, é necessário reconhecer que salas de aula com mais de 40 alunos e jornadas de 64 horas semanais não são mais compatíveis com a ideia de escolas saudáveis e as novas necessidades educacionais. É urgente incorporar, ainda, a premissa que políticas pedagógicas deverão, simultaneamente, concretizar compromissos civilizatórios profundos e estar alicerçadas no que diz a razão, a ciência e as evidências.

A escola precisa ser reinventada. Não como querem os governos fiadores de retrocessos ou os grupos privados preocupados com o lucro. Mas como equipamento cuja refundação marcará a confirmação de seu papel central na redução das desigualdades e a edificação de uma nação justa, próspera e inclusiva para os filhos e filhas da classe trabalhadora.

Deputada estadual por São Paulo, é líder do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa e presidenta da APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.



SALLES DEIXOU O MMA, MAS NÃO HÁ NADA A COMEMORAR

A mudança de ministro não resolverá os problemas da política criminosa no Ministério do Meio Ambiente. A agenda destrutiva contra a Amazônia e o Cerrado continua a rodar

Por Nilto Tatto *

A saída de Ricardo Salles pela porta dos fundos do Ministério do Meio Ambiente era um script já desenhado diante das denúncias gravíssimas envolvendo possíveis atos corruptos do agora ex-ministro. A tese que venho defendendo há meses em discursos e artigos sobre as relações espúrias de Salles e a gestão voltada a desestruturar os órgãos de fiscalização ambiental, a perseguição a servidores e a tentativa de atuar a favor de criminosos ambientais ficou evidenciada com a investigação da Polícia Federal.

É evidente que o campo progressista celebrou com justiça a fuga de Salles do governo, em função do seu compromisso com a sãna de avançar sobre a Amazônia, o Cerrado e as terras indígenas, bem como a proximidade ideológica com o extremismo de direita, que fizeram de Salles um dos ministros mais fortes do bolsonarismo. No entanto, é necessário registrar um alerta: a mudança de ministro não resolverá os problemas da política criminosa do MMA.

Joaquim Leite, sucessor nomeado por Bolsonaro para o ministério, compôs a gestão de Salles e endossou as estratégias dos últimos dois anos e meio de transformar o órgão de Estado em um instru-

mento contrário à agenda do meio ambiente. Apesar de ter participado da elaboração de projetos de preservação da floresta quando atuava na iniciativa privada, Leite não teria sido nomeado tão rapidamente em caráter definitivo se não tivesse aceitado dar seguimento ao projeto liderado por Bolsonaro e a bancada ruralista.

Salles nada mais era do que um eficiente mensageiro de criminosos ambientais que pretendiam deliberadamente legalizar

todo tipo de prática danosa ao meio ambiente. Joaquim Leite talvez seja menos eficaz e insensível que seu antecessor, mas não deixará de estar servindo a esta visão de mundo nefasta.

Outra frente fundamental de resistência e combate do desmonte é o Congresso Nacional. Diante do enfraquecimento progressivo de Salles como interlocutor confiável, o parlamento, especialmente a Câmara dos Deputados, liderada por Arthur Lira (PP-AL), assumiu as rédeas da liberação da boiada e está atuando para completar a destruição que Salles começou, a partir de projetos como o que acaba com o licenciamento ambiental, o fim das demarcações de terras indígenas, a legalização da grilagem e o chamado Pacote do Veneno.

Portanto, é tempo de seguir lutando! A queda de Salles é só um passo, que pode representar o enfraquecimento da narrativa antiambiental. É preciso também derrotar o chefe de toda essa destruição ambiental sem precedentes que vivemos no Brasil: o presidente da República. Fora Bolsonaro!

Administrador, é deputado federal pelo PT de São Paulo e coordenador do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas para o Meio Ambiente (NAPP) da Fundação Perseu Abramo.

JOAQUIM LEITE
COMPÔS A GESTÃO
DE SALLES
E ENDOSSOU
ESTRATÉGIA DE
TORNAR O MMA
UM INSTRUMENTO
CONTRÁRIO AO
MEIO AMBIENTE



Divulgação

NÃO AO VOTO IMPRESSO

Se o voto impresso não é a melhor solução, como afastar as suspeitas de fraude? Exigir do TSE que todo o sistema eletrônico eleitoral, desde o reconhecimento do eleitor, passando pela urna eletrônica até a totalização dos votos e sua transmissão, seja auditável

Com a tramitação no Congresso Nacional da PEC 135/19, que inclui no artigo 14 da Constituição, o parágrafo 12, voltou ao debate a segurança e inviolabilidade do voto eletrônico. Diz o dispositivo: “No processo de votação e apuração das eleições, dos plebiscitos e dos referendos, independentemente do meio empregado para o registro do voto, é obrigatória a expedição de cédulas físicas conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas,

de forma automática e sem contato manual, em urnas indevassáveis, para fins de auditoria”. A PEC institui a obrigatoriedade do voto impresso como sistema de auditoria do voto eletrônico, adotado no Brasil em 1996.

Os defensores da necessidade de o voto ser impresso, em processo paralelo ao da votação eletrônica, têm no presidente Jair Bolsonaro o seu principal expoente. Desde antes das eleições presidenciais de 2018, Bolsonaro e seus seguidores passaram a

questionar nas redes a segurança da urna eletrônica, insistindo em que o sistema de votação brasileiro era sujeito à fraude. Um sem número de fake news foi publicado nas redes sociais e nos aplicativos de mensagem instantânea para desacreditar a urna eletrônica entre os brasileiros.

Na esteira dessa campanha, a deputada Bia Kicis (PSL-DF), o ex-partido de Bolsonaro, apresentou esta famigerada proposta de emenda à constituição. A Comissão de Constituição e Justiça da

Câmara aprovou, em dezembro de 2019, a admissibilidade da PEC 135/19. Em maio deste ano, foi criada uma comissão especial para debater o voto impresso.

PORQUE O PT É CONTRA A VOLTA DO VOTO IMPRESSO

1) No atual estágio do desenvolvimento dos sistemas digitais, toda a verificação do processo de votação para garantir a sua segurança e inviolabilidade é feita por meio de softwares de auditoria. Ou seja, não se utiliza mais a impressão dos dados para verificar as informações, pois o papel impresso exige equipamentos eletromecânicos que apresentam defeitos com mais facilidade, menor nível de segurança da informação e brechas para a perda do sigilo dos dados. Estas questões violam a premissa constitucional do voto secreto e inviolável.

2) As experiências feitas em eleições anteriores, com urnas eletrônicas utilizando parcialmente o voto impresso, mostraram problemas de segurança da informação. Na eleição de 2002, houve testes de 23 mil urnas com impressoras, no estado do Sergipe e no Distrito Federal. O TSE apresentou, em relatório, o resumo dos problemas encontrados: "A experiência demonstrou vários inconvenientes na utilização do denominado módulo impressor externo. Sua introdução no processo de votação nada agregou em termos de segurança ou transparência. Por outro lado, criou problemas. Nas seções eleitorais com voto impresso foi: a) maior o tamanho das filas; b) maior o número de votos nulos e brancos; c) maior o percentual de urnas com votação por cédula,

com todo o risco decorrente desse procedimento; e d) maior o percentual de urnas que apresentaram defeito, além das falhas verificadas apenas no módulo impressor".

3) Argumenta-se que o voto impresso é uma garantia para o eleitor saber que o que digitou na urna é a expressão da sua vontade que poderá ser conferida no papel, lançado automaticamente em uma urna transparen-

OS DEFENSORES DA NECESSIDADE DE O VOTO SER IMPRESSO, TÊM NO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO O SEU PRINCIPAL EXPOENTE. A FRAUDE ESTÁ AÍ

te. Só que esse processo pode abrir caminho para uma série de procedimentos que não garantem maior segurança na votação. Por exemplo, um eleitor constata divergência, real ou apenas para tumultuar o processo, entre seu voto eletrônico e o impresso. A fiscalização, alertada, poderá pedir a substituição da urna. Se não houver outra disponível, a votação passará a ser manual com todos os problemas de fraude que eram comuns no passado, antes do voto eletrônico.

4) Urnas eletrônicas com impressoras eletromecânicas têm índice de quebras muito maiores que as urnas eletrônicas sem impressoras. Em geral, as regiões eleitorais têm um planejamento para substituir urnas que apresentam defeito. No caso das urnas com impressoras, por serem mais frequentes os defeitos, a logística exigida é muito maior e mais complicada. Em regiões mais afastadas e carentes, a substituição das urnas com impressoras é ainda mais difícil, abrindo espaço para o retorno do voto manual e, portanto, sem garantia da inviolabilidade do voto.

COMO GARANTIR A SEGURANÇA ELEITORAL

Se o voto impresso não é a melhor solução, quais os caminhos para garantir a segurança total do processo eleitoral e afastar as suspeitas de fraude comumente levantadas?

1) Exigir do TSE que todo o sistema eletrônico eleitoral, desde o reconhecimento digital do eleitor, passando pela urna eletrônica (que não é ligada à internet nem pode ser acessada por WiFi ou outro mecanismo de acesso sem fio) até a totalização dos votos e sua transmissão para os TREs ou a sede do TSE seja auditável.

Especialistas em sistemas de informação, comunidade científica, representantes dos partidos políticos e de entidades da sociedade civil como OAB têm sido convidados, ao longo dos anos, para testes públicos quando auditam o sistema eleitoral para garantir a sua segurança.

Os problemas apontados - de acordo com especialistas do TSE sempre foram problemas secundários e ninguém conseguiu vio-



Ricardo Stuckert

lar a urna eleitoral – foram sendo sucessivamente corrigidos pela equipe técnica do tribunal. Mesmo assim, para as eleições de 2022, os especialistas do PT, com apoio da comunidade acadêmica, vão apresentar ao TSE uma série de aperfeiçoamentos nos sistemas de auditoria, incorporando novos recursos tecnológicos que deem garantia total de segurança ao sistema eleitoral eletrônico brasileiro.

2) Fraudes em sistemas digitais nunca acontecem em um único ponto. O programa fraudulento altera

valores em geral de forma sistemática e, por isso, é possível comprovar a ocorrência de fraudes por métodos estatísticos com auxílio de sistemas digitais de auditoria.

Por esse motivo, os sistemas mais contemporâneos não utilizam papel impresso para verificação de erros ou fraudes e sim utilizam sistemas digitais de auditoria. Em geral, os auditores chegam nos terminais do sistema e transferem digitalmente as informações, que querem analisar, para seus dispositivos de armazenamento e, pos-

teriormente, utilizam programas com diversos tipos de verificação.

FISCALIZAÇÃO É UM PODER DOS PARTIDOS

É bom lembrar como se dá o processo de votação, a totalização dos votos e a transmissão dos dados, para entender que cada fase pode ser auditada não apenas por especialistas, mas pelos representantes dos partidos políticos que são os fiscais do processo eleitoral:

1) Os programas do sistema eleitoral são únicos para a implantação nas urnas eletrônicas e suas totalizações pelos tribunais regionais eleitorais. Os boletins de urnas, gerados em cada urna eletrônica de uma seção eleitoral, são transmitidos para os computadores totalizadores dos TREs. Os dados

ESPECIALISTAS
DO PT, COM APOIO
DA COMUNIDADE
ACADÊMICA, VÃO
APRESENTAR AO
TSE MEDIDAS
PARA MELHORAR
OS SISTEMAS
DE AUDITAGEM

transmitidos são criptografados com programas, também auditáveis, com chaves de criptografia que utilizam conceitos contemporâneos.

2) O processo eleitoral é submetido à fiscalização partidária regional, por unidade da federação: a) para verificar a implantação dos programas nas urnas eletrônicas, via cartão de memória (flash card) de carga, gerados no TSE e TREs. Esta implantação é verificada por amostragem escolhida pelos fiscais, nos locais definidos pelos TREs para este fim; b) no dia da votação são destacadas urnas eletrônicas, escolhidas pelo comitê de fiscalização interpartidário, para uma votação, em paralelo com votos controlados pelo comitê, durante o horário eleitoral.

3) Em cada seção eleitoral, o boletim de urna é colocado impresso num quadro de resultados e os partidos poderão solicitar cópias para si. As informações transmitidas das seções eleitorais são armazenadas num cartão de memória da votação digital, que é gravado em cada urna eletrônica com identificação única. A base de dados regional de recepção das informações transmitidas inclui, além dos dados do resultado eleitoral, informações operacionais da urna eletrônica e a identificação de seu cartão digital para posteriores verificações dos resultados. Nos tribunais regionais e no TSE, os partidos recebem as informações destes conteúdos, em meios digitais, com a identificação de cada cartão digital, associado a um único boletim de urna.

4) De forma completa, escolhida ou aleatória, os partidos podem verificar os dados do cartão memória da votação digital (flash card), armazenado na base de dados dos TREs,

confrontando com o boletim de urna impresso no fim da operação da seção eleitoral, divulgado no quadro ou com a cópia solicitada pelo partido.

PORQUE O PT APOIOU A LEI 12.034/2009

O presidente Lula, em seu segundo mandato, sancionou a Lei 12.034/2009, que previa algumas mudanças no sistema eletrônico de votação brasileiro, entre elas o retorno do uso do chamado voto impresso a partir das eleições de 2014. A aprovação da lei contou com apoio de vários partidos, incluindo de parlamentares do PT. Logo após sua aprovação, a CCJ do Senado aprovou a admissibilidade de um projeto contra o artigo 5 da nova Lei, justamente o que previa o voto impresso a partir das eleições de 2014.

Não é correto afirmar que o presidente Lula era a favor da volta do voto impresso. Ele apenas respeitou uma decisão soberana do Congresso. Tanto que a Procuradoria Geral da República entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4543) no STF questionando a constitucionalidade do artigo 5 da Lei 12.034/2009, que previa a volta do voto impresso.

Em 2011, os ministros do STF, que já tinham se manifestado contra este artigo da nova Lei, aprovaram por unanimidade uma medida cautelar para suspender, até o julgamento de mérito, a aplicação do voto impresso no pleito de 2014 por entenderem que, entre outros motivos, a impressão do voto feria o artigo 14 da Constituição Federal, que garante o voto secreto. No julgamento do mérito, o artigo foi considerado inconstitucional. •

BOLSONARO: “VAMOS TER PROBLEMAS NO ANO QUE VEM”

Pressionado por denúncias de corrupção no governo e pelo superperdido de impeachment protocolado na Câmara dos Deputados por uma frente ampla de partidos de esquerda, centro e da direita, o presidente Jair Bolsonaro participou, na quinta-feira, 1, de uma missa com parlamentares e seus familiares, em Brasília. Ele assistiu à celebração ao lado da deputada Bia Kicis (PSL-DF), autora da PEC do Voto Impresso. Pouco antes do evento, voltou a fazer ameaças, se a impressão do voto não for adotada pela Justiça Eleitoral. “Vamos ter problemas no ano que vem”, disse o presidente da República.

Antes de comparecer à missa, em conversa com apoiadores na saída do Palácio da Alvorada, Bolsonaro retomou o tom grave e de ameaças no ar adotados no início do ano, ao comentar a invasão do Capitólio por ativistas ligados ao ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump. Sem mencionar nomes, o presidente também reclamou de “três ministros” do Supremo Tribunal Federal (STF) que estariam empenhados numa “articulação” para barrar a impressão do voto. De acordo com Bolsonaro, caso o voto impresso não seja implementado no pleito de 2022, “eles (os ministros) vão ter que apresentar uma maneira de ter eleições limpas”.

“Dinheiro tem, já está arranjado dinheiro para as eleições, para comprar impressoras”, insistiu. No último fim de semana, presidentes de 11 partidos se reuniram e fecharam posicionamento contra o voto impresso nas eleições de 2022. •



Sérgio Lima

GABRIELLI: “TEMOS UMA CRISE EM POTENCIAL”

O ex-presidente da Petrobrás alerta que a venda da Eletrobrás vai tirar do Estado o instrumento de planejamento e oferta do sistema elétrico nacional. A situação é dramática”, avisa. “O problema de depender totalmente do mercado é que, dificilmente, ele assume riscos para mudar a realidade antes que a realidade mude”

Por Pedro Camarão

A crise energética que o Brasil enfrenta é a mesma pela qual atravessou em 2001. A diferença é que, na época, o governo Fernando Henrique Cardoso desistiu de privatizar a Eletrobrás porque compreendeu o papel fundamental da empre-

sa para contornar o problema e permitir que o Brasil aumentasse a sua capacidade de gerar energia. No entanto, na crise atual, Bolsonaro avança com a privatização da estatal e vai fazer com que o Estado perca todos os instrumentos para contornar a crise.

Outra coincidência entre o apagão de 2001 e a crise atual é que, nos dois períodos, houve subinvestimento em grandes li-

nhas de transmissão de energia. “Isso impede resolver o problema, transferindo energia de uma região do país para outra. Afinal, o problema hidrológico não é generalizado pelo Brasil. Ele se concentra na Bacia hidrográfica do Paraná”, analisa o ex-presidente da Petrobrás José Sérgio Gabrielli.

Cada vez mais, os serviços de distribuição e transmissão de

energia estão sendo repassados para o setor privado e a capacidade de intervenção do Estado está muito reduzida, inclusive, para o uso das usinas termoeletricas que estão sendo fundamentais para alimentar o país.

Gabrielli lembra que a maioria das usinas, dos gasodutos e toda a estrutura para funcionamento das termoeletricas foram construídos pela Petrobrás. Mas, após a nova Lei do Gás, e o desmonte da empresa nos últimos 5 anos, a estatal está praticamente fora do setor. O resultado, segundo o ex-presidente da Petrobrás, é uma situação dramática para o Brasil.

Focus Brasil – O processo de desmonte da Petrobrás afeta, tem ligação com a crise de energia que o Brasil vive hoje?

José Sérgio Gabrielli – No futuro muito próximo terá. Uma das formas de evitar o ciclo hidrológico é ter outros tipos de fontes primárias de energia elétrica, como as usinas termoeletricas que utilizam gás natural, óleo combustível e biomassa. Depois de 2001, a Petrobrás entrou fortemente no setor de gás natural expandindo a capacidade de geração termoeletrica, a rede de gasodutos, unidades de processamento de gás natural, viabilizando a oferta de gás natural para a geração termoeletrica. Hoje, o país tem quase 20 GigaWatts de capacidade de geração elétrica do total de 230 a 240 GigaWatts. Então, um pouco menos de 10% da geração elétrica brasileira vem de termoeletricas.

E o que aconteceu? O Congresso Nacional, em 2021, aprovou a nova Lei do Gás. O principal objetivo dessa lei é retirar a Petrobrás do setor de gás. A empresa já está praticamente fora das distribuidoras estaduais de gás natural, já vendeu os terminais de transporte de gás natural, está vendendo todas as

suas termoeletricas e está saindo totalmente do setor de energia elétrica. Após a nova Lei do Gás não tem hoje nenhum instrumento que substitua a Petrobrás para viabilizar os investimentos estratégicos necessários para evitar a continuidade da crise do modelo elétrico brasileiro.

Outra fonte de substituição que também cresceu nos últimos 20 anos são as fontes renováveis: eólica e solar. A energia eólica cresceu muito mais, principalmente, no Nordeste. Hoje

USA-SE 100% DA CAPACIDADE DAS TERMOELÉTRICAS. E ESSAS USINAS NÃO FORAM PROJETADAS PARA OPERAR O TEMPO TODO. TEREMOS PROBLEMAS

responde por 9,6% da geração elétrica brasileira. E quase metade da expansão prevista vem de fontes renováveis. O problema da fonte renovável é que ela tem geração elétrica intermitente. Então, é necessário que se tenha armazenamento em baterias e linhas de transmissão – volta à crise das linhas de transmissão. E não se pode basear o crescimento da oferta de eletricidade apenas em fontes intermitentes. Por isso, não se pode abandonar a termoeletrica. Isso aumenta a

dependência do gás, mas não existem mais instrumentos de Estado para intervir nesse setor.

A Petrobrás é a grande produtora de gás natural, utiliza muito do seu gás para reinjetar na produção do próprio pré-sal. Os gasodutos de transporte dos campos de produção para o continente estão no seu limite. Isso significa que se a economia sair desse marasmo dos últimos cinco anos e voltar a crescer, aumenta o consumo de energia e aumenta o risco de uma crise no sistema.

– Ou seja, as termoeletricas são fundamentais e não temos recursos, atualmente, para fazer com que essas usinas possam dar conta do que o país precisa de energia.

– Hoje, usa-se 100% da capacidade das termoeletricas – veja, 100%. As termoeletricas não foram projetadas para operar o tempo todo, o que significa que vai começar a ter problemas operacionais de gestão dessas usinas. Vai começar a ter máquinas que vão precisar parar. É necessário manutenção. Portanto, trabalhar com 100% de capacidade é um risco extraordinário.

Se “São Pedro” não aumentar as chuvas até setembro e se a economia se recuperar, podemos ter um problema grave. Com certeza, imediatamente, teremos um aumento na tarifa. Mas o risco de se utilizar intensamente as termoeletricas e as linhas de transmissão aumenta o risco de problemas operacionais. Isso faz com que se tenha uma crise em potencial.

Analistas do setor de energia elétrica mostram que grande parte dessa crise ocorreu por um erro operacional do sistema a partir de setembro, outubro do ano passado. Os reservatórios estavam cheios e isso não gera receita para as grandes empresas hidroeletricas.

Eles desligaram as termoelétricas antecipadamente, esperando que a chuva viesse, apostaram que a chuva viria em março, abril desse ano, e diminuíram os reservatórios aumentando as receitas das grandes hidroelétricas. Ao fazer isso, criaram um problema. Agora, o aumento da tarifa vai remunerar, exatamente, as mesmas empresas que ganharam com a operação no período de cheia.

A situação é tão dramática que o preço médio do megawatt das hidroelétricas deve estar hoje em torno de R\$ 65, R\$ 70. Mas tem termoelétrica sendo despachada hoje pagando R\$ 1.000, R\$ 1.500 por megawatt. Essa é a diferença de custo para o sistema por utilizar as termoelétricas nesse momento.

– Se as termoelétricas estão funcionando com 100% da capacidade e não foram feitas para isso, se elas tiverem e vão ter que parar, nós teremos que passar por um racionamento de energia?

– Sim. Se a demanda continuar crescendo, se a chuva não vier, provavelmente, a consequência vai ser algum tipo de racionamento. Ou seja, se o país crescer, a energia não vai segurar esse crescimento.

– No curto prazo?

– Em curto prazo. E o país vai perder o último instrumento que tem: a Eletrobrás. É o instrumento para intervir de forma a acelerar a possibilidade de oferta de outros tipos de fonte primária de energia. Porque, veja, a termoelétrica a gás vai ficar ao sabor do mercado. Hoje, existem cinquenta e poucas termoelétricas em construção no Brasil, cada uma com capacidade de gerar cerca de 80 MegaWatts, 90 MegaWatts, o que é muito pouco.

A partir de 2015, o país teve

GÁS DE COZINHA CHEGA A R\$ 130: O CÉU É O LIMITE

Os brasileiros que precisaram comprar gás de cozinha levaram um susto. Com a alta dos preços, o preço médio do botijão de 13 kg chegou a R\$ 88,94 – 10% do salário mínimo que é de R\$ 1,1 mil. No Centro-Oeste, o produto atingiu o valor de R\$ 130. De acordo com Agência Nacional do Petróleo (ANP), nas últimas quatro semanas, a alta média foi de 4,3%.

A maior responsável pelo aumento é a Petrobrás. É que o preço do petróleo segue a tendência do mercado internacional. O aumento mais recente do gás anunciado pela estatal foi de 5,9%, quando passou a ser vendido R\$ 0,19 nas refinarias, elevando o preço por quilo a R\$ 3,40.

“Hoje, a Petrobras está tentando. Já aumentou mais de 20%, se não me engano 23%, no último ano, o preço do GLP. Ela acompanha quase que cotidianamente as variações do preço internacional do petróleo, que também tem a ver com a taxa de câmbio”, explica o ex-presidente da Petrobrás Sergio Gabrielli.

Ele lamenta que a política de preços da estatal não necessariamente precisaria ser essa. “O gás liquefeito de petróleo é um componente fundamental das famílias. O gás de cozinha é um componente fundamental, principalmente, para as famílias de bai-

xa renda. Então, era possível você ter uma política de ajustes mais lentos dos preços de tal maneira que você não penalizasse tanto os consumidores e fizesse uma espécie de subsídio cruzado”, defende.

Gabrielli recordou que essa foi a política adotada na Petrobrás entre 2003 e 2011, quando os preços do GLP ficaram relativamente estáveis, acompanhando muito lentamente a variação dos preços internacionais. “A variação de preços hoje tem muito a ver com a decisão da Petrobrás de fazer ajuste pelos preços internacionais, mas há que se levar em conta também que há várias etapas da refinaria ao consumo”, adverte.

O ex-presidente da Petrobras explica ainda que não é preciso uma política de subsídios para o setor, mas um programa dirigido que garantisse preços mais acessíveis, especialmente para os mais pobres. “Talvez, você pudesse ter uma política dirigida, talvez utilizando o Cadastro Único e esse cadastro do auxílio emergencial e você viabilizar, porque as tecnologias hoje permitem isso, viabilizar um auxílio direto a essas famílias que poderiam utilizar, hoje, os cartões do Bolsa Família e do auxílio emergencial para adquirir a preços menores do mercado junto aos distribuidores”, propõe. •

uma contração bastante intensa dos investimentos no setor na esperança de que a Lei do Gás mudaria substancialmente a realidade. No que se refere às energias alternativas, que há um grande volume de projetos novos em construção, também pode haver um impacto em função da privatização da Eletrobrás.

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica pode ser ameaçado e pode-se ter limitações do crescimento da energia eólica pelo mercado. O problema de depender totalmente do mercado é que, dificilmente, ele assume riscos para mudar a realidade antes que a realidade mude. •



Ricardo Stuckert

O GOLPE CONTRA OS ÍNDIOS

Desde a destituição de Dilma Rousseff, a política indigenista vem sofrendo retrocessos graves e o governo Bolsonaro – aliado das bancadas da bíblia, da bala e do boi – avança sobre os territórios dos povos originários, no esforço de impedir a demarcação de terras e abrir as áreas para exploração econômica

Os governos do PT foram marcados pelo compromisso em assegurar os direitos à autonomia e diversidade dos povos indígenas e, simultaneamente, garantir o acesso a serviços públicos. A luta dos povos indígenas garantiu, neste período, a homologação de 22 milhões de hectares em 108 terras indígenas e a adoção de mesas de diálogo para construir uma solução pacífica para a superação dos conflitos.

Houve a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), para reformular a gestão da saúde indígena, com autonomia administrativa, orçamentária, financeira e responsabilidade sanitária dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), e a instituição da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) – Decreto 7.747/ 2012 –, com o objetivo de proteger, recuperar e garantir o uso sustentável dos territórios indígenas.

Vale lembrar ainda os 342 profissionais do Mais Médicos atuando nos distritos de saúde indígenas, as 3 mil escolas entregues em comunidades indígenas, os mais de 16 mil indígenas universitários, as 30 mil famílias atendidas pelo Luz para Todos, e os 332 mil índios beneficiados pelo programa Bolsa Família. Ademais, em 2015, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista e o Brasil sediou a primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas.

O Golpe de 2016, que arrancou de maneira fraudulenta o mandato de Dilma Rousseff, com a aprovação de um impeachment sem crime de responsabilidade pelo Congresso, recaiu de forma intensa sobre os direitos, a vida e a luta dos povos indígenas.

Com Michel Temer, ganhou força, no Congresso Nacional, uma pauta anti-indígena patrocinada pela bancada ruralista, que apoiou fortemente o golpe, resultando em centenas de proposições cujos alvos prioritários são a revisão da legislação de demarcação e proteção e das regras para exploração das terras indígenas.

Com Jair Bolsonaro, o esforço de destruição dos marcos legais de proteção dos povos indígenas chega ao ápice. Com o líder da extrema-direita nacional chega ao poder um governo em conflito com os povos indígenas, que paralisou a demarcação e busca avançar na exploração econômica das terras dos povos originários, esvaziando os órgãos oficiais de proteção e trazendo de volta a defesa de uma tese velha da "integração nacional". O que era um risco com Temer, transformou-se, sob Bolsonaro, em realidade, com retrocessos inaceitáveis em relação aos direitos constitucionais dos povos indígenas.

Paralisia das demarcações

Durante a campanha presidencial de 2018, Bolsonaro prometeu que, se eleito, não demarcaria um só centímetro de terra indígena.

DURANTE A CAMPANHA, BOLSONARO PROMETEU QUE, ELEITO, NÃO DEMARCARIA UM CENTÍMETRO DE TERRA INDÍGENA. E ESTÁ CUMPRINDO

Inegavelmente, está cumprindo tal promessa. Até o momento, nenhum hectare foi demarcado pelo governo, além de ter devolvido inúmeros processos à Fundação Nacional do Índio (Funai).

Em abril de 2020, o governo Bolsonaro deu passo importante para fragilizar o direito à terra originária pelos povos indígenas. Por meio da Portaria Normativa 09, a Funai passou a certificar imóveis rurais em terras indígenas não homologadas. Com isto, as 235 terras indígenas em processo de demarcação, assim como todas as áreas formalmente reivindicadas por grupos indígenas, em qualquer estágio do processo

de análise, deixaram de ter restrição ao registro das propriedades no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (CAR/Sicar).

Vale lembrar que, segundo levantamento do Ministério Público Federal, em 2020 havia 9.901 propriedades inscritas no CAR sobrepostas às terras indígenas, em diferentes fases de regularização ou a áreas com restrição de uso.

O enfraquecimento dos órgãos indigenistas

Em seus primeiros atos, o governo Bolsonaro buscou atacar as instâncias do Estado encarregadas de assegurar os direitos indígenas e a participação deles nas políticas públicas.

Na reforma administrativa promovida no início de seu mandato, a Funai foi duplamente atacada. O órgão foi transferido para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e sua atribuição de demarcar terras indígenas foi transferida para o Ministério da Agricultura.

No primeiro caso, uma mudança alinhada à orientação catequista e assimilacionista do governo Bolsonaro para a política indigenista. No segundo, subordinou o direito à terra dos povos originários aos interesses dos ruralistas. O governo Bolsonaro sofreu dupla derrota, no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal, e a Funai voltou ao Ministério da Justiça.

Se não conseguiu promover as alterações executivas que pretendia, Bolsonaro deu sequência à política de sufocamento orçamentário da Funai. Em quase todos os anos após o golpe, exceto em 2018, os recursos do órgão foram inferiores ao total empenhado em 2015. Em valores reais, o orçamento aprovado para 2021 é 12% menor que em 2015.

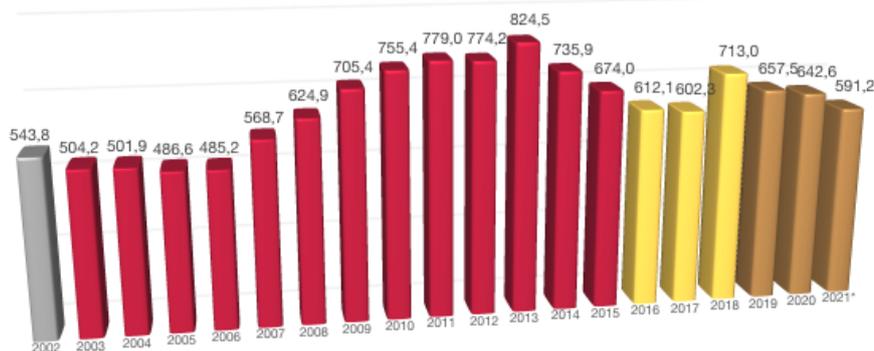
Ao sufocamento orçamentário, soma-se uma intensa troca de ocupantes de cargos de chefia e

Terras indígenas, por período presidencial

GOVERNO	TERRAS INDÍGENAS DECLARADAS		TERRAS INDÍGENAS HOMOLOGADAS	
	NÚMERO DE ÁREAS	EXTENSÃO EM HECTARES	NÚMERO DE ÁREAS	EXTENSÃO EM HECTARES
SARNEY, ITAMAR E COLLOR	136	42.822.144	195	46.208.142
FHC	118	35.955.850	145	18.785.766
LULA	81	13.291.661	87	18.785.766
DILMA	26	2.028.672	21	3.268.955
TEMER	3	3.397.569	1	19.216
BOLSONARO	0	0	0	0

Fonte: ISA (Instituto Socioambiental)

Evolução das Despesas Empenhadas da Funai



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, em 31-05-2020. Para 2002 a 2020 - recursos empenhados; para 2021 - LOA.

* Em R\$ bilhões de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

de coordenação na Funai, com a substituição de técnicos com longa passagem pela instituição por indicados de integrantes da bancada ruralista no Congresso.

No caso dos profissionais encarregados da elaboração de laudos antropológicos, as mudanças tiveram como objetivo assegurar a contratação de pessoas alinhadas com a política de “demarcação zero” prometida por Bolsonaro.

Vale ainda lembrar que o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) não se reúne desde 2016. Embora tenha escapado da sanha revogatória do governo Bolsonaro, que pretendia extinguir todos os conselhos de participação social em políticas públicas, o CNPI persiste, mas sem exercer qualquer atividade.

A exploração privada em terras indígenas

Instituída em 2012, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) buscava assegurar a autonomia e o protagonismo dos povos indígenas na gestão de seus territórios. Para isso, entre seus objetivos principais, estava o fomento a ações que assegurassem o uso sustentável dos territórios indígenas, acompanhadas por um comitê gestor formado por governo e representações dos povos indígenas.

Ao contrário deste alinhamen-

to com as previsões da Constituição, o governo Bolsonaro vem buscando alterar a legislação para autorizar a exploração econômica privada das riquezas presentes nos territórios indígenas. Além do esvaziamento das ações de fiscalização, submetendo os povos indígenas a uma violência crescente contra suas terras e sua vida, há duas medidas que capitaneiam este esforço do governo.

O Projeto de Lei 191/2020, proposto por Bolsonaro, pretende regulamentar a exploração de recursos minerais e a gera-

INSTRUÇÃO NORMATIVA DA FUNAI E IBAMA AUTORIZA “PARCERIA” PARA A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS

ção de energia elétrica em terras indígenas. E, se aprovado, a lei vai autorizar qualquer atividade econômica em terras indígenas, incluindo agricultura, pecuária e turismo. O projeto abre caminho para que, mediante parcerias e outros mecanismos jurídicos, grupos econômicos explorem e se apropriem, na prática, das terras e riquezas naturais que são, constitucionalmente, de usufruto exclusivo dos povos indígenas e de propriedade da União.

Quanto à Instrução Normativa 01/2021, editada em conjunto pela Funai e pelo Ibama, a norma autoriza a “parceria” entre indígenas e não indígenas para a exploração econômica dos territórios, sem sequer simular uma consulta aos afetados, no caso, os povos indígenas. Uma medida infralegal tomada para acelerar a entrega das riquezas dos territórios indígenas ao setor privado.

Política racista de identificação indígena

Em janeiro de 2021, o governo Bolsonaro fez nova incursão em sua estratégia de dar nova orientação à política indigenista brasileira. Por meio da Resolução 04/2021, a Funai estabeleceu novos critérios para a “heteroidentificação” de indígenas no Brasil.

Basicamente, a medida define que a Funai passará a definir quem é e quem não é indígena no Brasil, o que antes era um papel dos próprios indígenas, um direito garantido pela Constituição e por tratados internacionais assinados pelo Brasil, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A medida foi denunciada como racista e tornou-se objeto de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), sob argumento de inconstitucionalidade. Em maio de 2021, a Resolução foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal.

A fragilização da atenção à saúde indígena

O Golpe de 2016 interrompeu o processo de fortalecimento da atenção à saúde indígena. O primeiro impacto veio da extinção do programa Mais Médicos, que havia levado profissionais aos 34 distritos sanitários indígenas.

Como em 56% deles, os médicos em atividade eram cubanos e o programa substituído criado por Bolsonaro não conseguiu preencher a integralidade dessas vagas, o atendimento às populações indígenas se deteriorou, como mostra a elevação da taxa de mortalidade de bebês indígenas já em 2019.

Embora tenha sido obrigado a recuar de sua intenção de extinguir a Secretaria Especial de Saúde Indígena, o governo Bolsonaro foi omissivo na prevenção, controle e cuidado das populações indígenas frente à pandemia da Covid-19. Foram afetados 163 territórios e, até 31 de maio, havia 54.785 casos confirmados e 1.092 mortes entre indígenas.

O plano de ação federal para combater a Covid-19 em territórios indígenas somente foi implementado sob ordem do Supremo Tribunal Federal, que exigiu três reformulações nas propostas, consideradas insuficientes. Por falta de informação, muitos indígenas se recusaram a realizar testes e, devido a fake news, há oposição à vacina. O número de cestas básicas distribuídas tem sido insuficiente, assim como a oferta de água. Insumos para atendimento e profissionais para assegurar atenção à saúde não chegaram a territórios não homologados. Em suma, o governo Bolsonaro reproduz, entre os indígenas, a mesma política genocida omissa que adotou para o conjunto do Brasil. •

Ueslei Marcelino/Reuters



QUESTIONAMENTO Pela segunda semana, índios foram alvos da repressão

PROTESTOS MARCAM APROVAÇÃO DE PROJETO QUE ALTERA DEMARCAÇÃO

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara concluiu na terça-feira, 29, a votação do projeto de lei que afrouxa as regras de demarcação de terras indígenas sem alteração ao texto principal, aprovado na semana passada. A proposta é alvo de críticas dos partidos de oposição e de líderes indígenas, que realizaram novos protestos. O projeto segue para apreciação do plenário e, se for aprovado, será enviado ao Senado.

O relatório do deputado Arthur Maia (DEM-BA) foi aprovado por 40 votos a favor e 21. O texto é considerado inconstitucional e altera radicalmente o processo de demarcação das terras indígenas. O PT é contra a proposta. Única representante indígena do Congresso, a deputada Joênia Wapichana (Rede-RR) fez novas críticas ao texto.

“É lamentável como a comissão tem colocado a questão dos direitos dos povos indígenas, direitos constitucionais, direitos que deveriam ser considerados fundamentais, como cláusula pétrea, mas que passou por tratorada. E o relatório apresentado é totalmen-

te inconstitucional. Nós estamos acompanhando esse trâmite e já o encaminhamos para as vias judiciais, se esse for o caso”, anunciou.

As principais críticas se referem à abertura de brechas para a exploração de atividades econômicas e de impactos ambiental e social negativos, como mineração e extrativismo de madeira, por pessoas de fora das comunidades indígenas. Um dos principais defensores da abertura é Bolsonaro.

A proposta também proíbe a ampliação de terras indígenas já demarcadas e considera nulas demarcações que não atendam aos preceitos estabelecidos. O texto aprovado estabelece um marco temporal para definir o que são as terras demarcadas como território indígena. Seriam consideradas áreas de nativos aquelas que, em 5 de outubro de 1988 – data da promulgação da Constituição – eram habitadas em caráter permanente por índios ou usadas para atividades produtivas e obrigatórias para a preservação dos recursos ambientais necessários à existência dos povos nativos. •



Divulgação

VETO Em setembro de 2019, a Ancine retirou apoio à participação do filme *Negrum3*, com temática negra (acima)

O ATAQUE À DIVERSIDADE

O país retrocedeu com o Golpe de 2016, que reduziu as políticas ligadas à população LGBTQIA+. Com Bolsonaro, além do corte de recursos, o obscurantismo e o preconceito passaram a marcar ações públicas, falas e posicionamentos de autoridades e gestores federais, estabelecendo a institucionalização da discriminação e da exclusão social

O compromisso com a garantia de direitos e o combate à discriminação e à violência contra a população LGBTQIA+ marcou os governos do PT. Foi o período da instituição do programa Brasil sem Homofobia, da regulamentação do uso do nome social, do reconhecimento dos direitos de casais do mesmo sexo, da criação de canais de interlocução e de representação da população LGBTQIA+

em instâncias de acompanhamento e controle social junto ao Estado brasileiro.

O Brasil pós-golpe de 2016 retrocedeu, e muito, em relação aos direitos e às oportunidades da população LGBTQIA+. No governo de Michel Temer, o principal impacto veio da PEC do Teto dos Gastos, que progressivamente limitou os recursos aplicados em políticas fundamentais à promoção e garantia de direitos.

Com Bolsonaro, no entanto, além da continuidade do corte de recursos, o obscurantismo e o preconceito passaram a marcar ações públicas, falas e posicionamentos de autoridades e gestores federais, estabelecendo a institucionalização da discriminação e da exclusão.

Sem interlocução

O acesso de qualquer segmento social ao Estado é fundamental para que as políticas em seu benefício sejam mais efetivas. Dispor de instâncias na estrutura do governo com equipe técnica preparada para o diálogo e a implementação de políticas específicas também é necessário. Durante os governos Lula e Dilma, este acesso foi realizado principalmente com as conferências nacionais e a participação da sociedade civil no Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD).

Nos dois primeiros anos do mandato de Bolsonaro, o fechamento do governo à população LGBTQIA+ foi uma diretriz, com a extinção de instâncias de representação e de execução de políticas.

- A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), ligada ao Ministério da Educação, foi extinta (Lei 13.844/2019), deixando o governo sem instância responsável pelo programa de formação de profissionais da educação para diversidade em ambiente escolar em relação no que se refere a LGBTQIA+, negros e negras, idosos, etc.
- Todos os colegiados criados por decretos ou normas inferiores foram extintos (Decreto 9.812/2019), diminuindo o controle e a participação social na gestão pública.
- O Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT foi substituído pelo

Conselho Nacional de Combate à Discriminação (Decreto 9.883/2019), passando a ter como objetivo “proteção dos direitos de indivíduos e grupos sociais afetados por discriminação e intolerância”. A reorientação do conselho excluiu toda a população LGBTQIA+, e sua atuação passou a se pautar por pautas genéricas e amplas, ocultando toda e qualquer possibilidade de fomento a políticas que fortaleçam a identidade de gênero

COM BOLSONARO, O GOVERNO FECHOU-SE À POPULAÇÃO LGBTQIA+. FOI UMA DIRETRIZ DO PLANALTO, COM A EXTINÇÃO DE INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO

e a orientação sexual. Prova disso é a nova constituição do referido conselho que passou a contar com a participação e representação de apenas três organizações.

- Os comitês de Gênero e de Diversidade e Inclusão, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que promoviam medidas contra violência de gênero e diversidade sexual dentro do ministério, foram extintos (Portaria de 19 de agosto de 2019).

- A Secretaria de Diversidade, responsável pela implementação de políticas de cultura LGBTQIA+, povos ciganos, indígenas e outros, foi extinta (Decreto 10.359/2020), tornando-se um departamento da Secretaria de Economia Criativa, no Ministério do Turismo.

- A Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes foi alterada, passando de 14 para sete membros, sendo que apenas um pode ser ou não da sociedade civil, através do Conanda.

A invisibilidade como estratégia

Assegurar voz e visibilidade a segmentos historicamente excluídos é um mecanismo necessário ao combate à discriminação e à desigualdade. Em direção oposta, o governo Bolsonaro tem protagonizado ações e políticas que aprofundam a discriminação e a censura à população LGBTQIA+, em muitos casos personificadas na figura do presidente da República.

Parte dessas iniciativas discriminatórias são difíceis de serem mapeadas, mas há algumas medidas que explicitam a estratégia de invisibilização, algumas protagonizadas pelo próprio presidente por meio de redes sociais, seus canais prediletos de manifestação.

Em mensagem no Facebook em 7 de março de 2019, Bolsonaro ordenou que a direção do Banco do Brasil cancelasse curso de diversidade e de prevenção e combate ao assédio moral e sexual na instituição. Em 09 de março, o presidente do BB anunciou o cancelamento.

Em 14 de abril de 2019, Bolsonaro mandou tirar do ar campanha do Banco do Brasil com jovens, negros e negras e LGBTQIA+, e mandou demitir o diretor de Marketing do banco. Ademais,

foi proibido o uso de vernáculos e expressões da comunidade LGBTQIA+ em qualquer publicidade e propaganda de órgãos da administração pública, empresas públicas e autarquias.

O Plano Nacional de Turismo 2018-2022, adotado por meio do Decreto 9.791/2019, excluiu o incentivo ao turismo LGBT, que constava na versão inicial, mesmo reconhecendo que representa cerca de 10% do turismo no mundo e movimento 15% da economia do setor.

A partir de junho de 2019, torna-se pública a orientação do governo brasileiro ao veto do termo gênero em resoluções da ONU e à abstenção em matérias sobre saúde sexual e reprodutiva.

Em 15 de agosto de 2019, em sua live semanal, Bolsonaro declarou que projetos com certos temas (negros, LGBTQIA+ e prostituição) não seriam mais aprovados pela Agência Nacional do Cinema (Ancine) para captar recursos por meio da Lei do Audiovisual. Entre os títulos para exclusão, citou *Afronte*, sobre a realidade de negros homossexuais no Distrito Federal; *Sexo Reverso*, história de sonhos e realizações de cinco pessoas transgêneros que vivem no Ceará; e *Religare queer*, sobre uma ex-freira lésbica.

Em 16 de setembro de 2019, a Ancine retira apoio à participação dos filmes *Greta* e *Negrum3*, com temática negra e LGBTQIA+, selecionados para participar do Festival Internacional de Cinema Queer, em Lisboa.

A Caixa suspendeu, em setembro e outubro de 2019, exibição das peças "Gritos" e "Lembro todo dia de você" selecionadas por meio de edital para participarem do circuito Caixa Cultural, ambas com temática LGBTQIA+ e sobre sexualidade. Também adotou novos critérios de seleção de projetos, que representam censura prévia em relação a temas LGB-

Renato Mangolin



CENSURA A peça *Gritos*, da Companhia Dos à Deux, foi suspensa pela Caixa

TQIA+, ditadura, contra o governo e cenas de nudez.

Em 14 de dezembro de 2019, foi emitida nota técnica da equipe encarrega de inspecionar o banco de itens para a prova do ENEM, vetando 66 itens. Apesar de o conteúdo censurado não ter sido divulgado, pela primeira vez em 10 anos a prova deixou de fora o tema da ditadura militar e não tratou de direitos LGBTQIA+.

O retrocesso nas políticas

Além de não executar o pequeno orçamento destinado às políticas LGBTQIA+ disponível em 2019 e 2020, o governo Bolsonaro tem alterado o escopo e a forma de atuação em várias políticas que, em governos anteriores, eram fundamentais para proteger a vida e assegurar direitos da população LGBTQIA+.

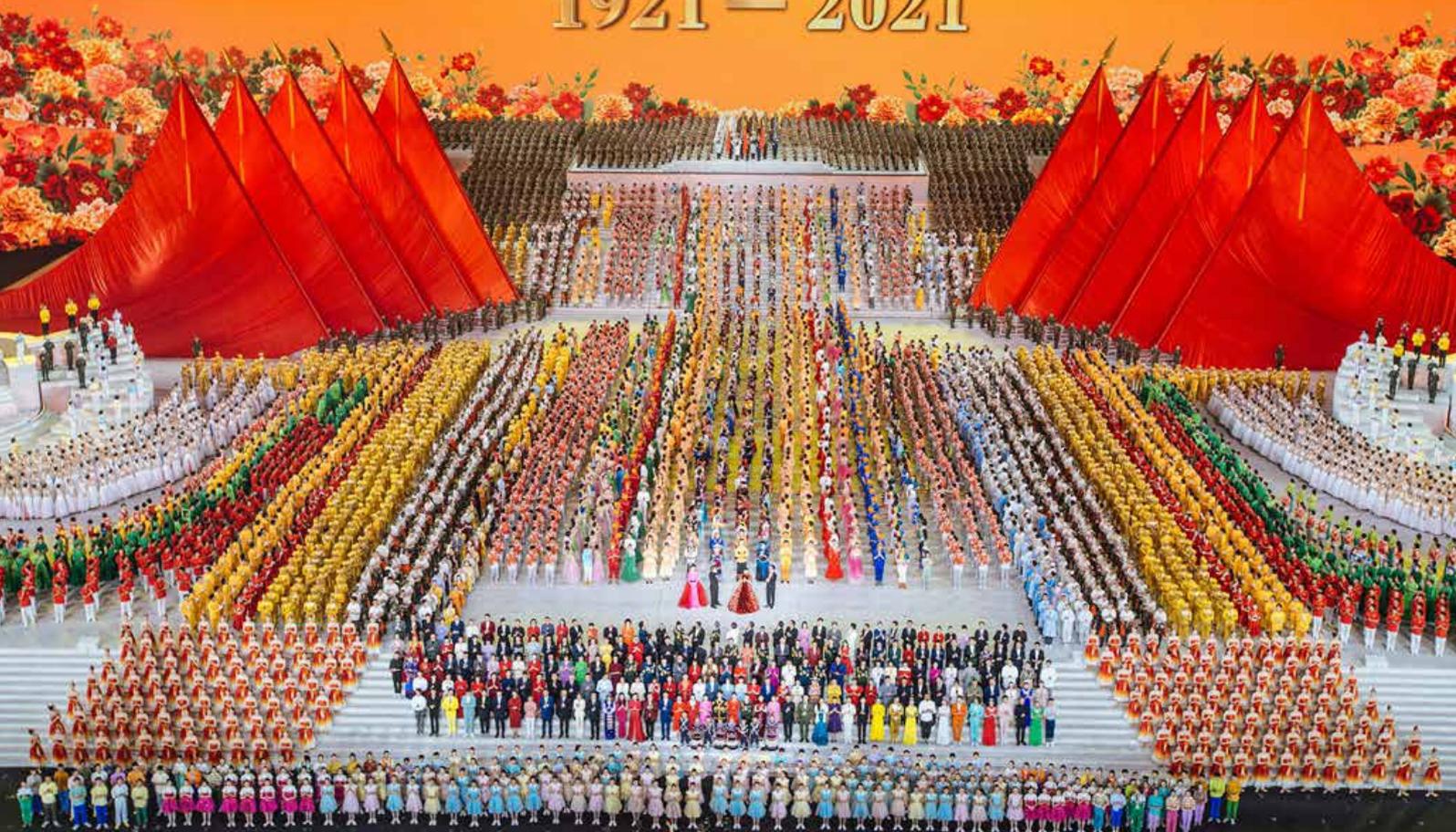
Em relação à política de prevenção a HIV/AIDS, por exemplo, as mudanças na estrutura do Ministério da Saúde não só diminuíram o status da política, como agregaram atribuições, colocando em risco a continuidade das estratégias bem sucedidas na área. Ademais, as campanhas de saúde pública no período Bolsonaro têm vetado a presença de casais do mesmo sexo e, para adolescentes e jovens, trocado políticas de pre-

venção por campanhas de abstinência.

Há retrocessos também na política de drogas. Além da nova legislação que autoriza a internação involuntária (Lei nº 13.840/2019), foi dado ênfase na parceria com comunidades terapêuticas, muitas das quais ainda aceitam internações para terapias "religiosas" que prometem a reversão de orientação sexual e identidade de gênero de pessoas.

Cabe lembrar ainda a disposição do governo Bolsonaro de expurgar, dos livros didáticos distribuídos pelo governo federal, qualquer menção à diversidade, sob o argumento de estarem combatendo a "ideologia de gênero". Finalmente, as medidas de flexibilização de compra e porte de armas representam um aumento do risco para a população LGBTQIA+, já vítima preferencial de crimes de ódio no Brasil.

Mesmo no parlamento, a bancada de extrema-direita de sustentação ao Governo Bolsonaro cotidianamente ataca aos direitos e a existência da população LGBTQIA+. Inúmeros projetos desta bancada visam retirar direitos da população, criminalizar existências e impedir o acesso à cidadania plena, baseados em uma concepção excludente e de ódio à população LGBTQIA+. •



Li Hao / Global Times

PARTIDO COMUNISTA DA CHINA CELEBRA 100 ANOS

Xi: "Nenhuma tentativa de separar o partido do povo terá sucesso". Ao comemorar a data, o presidente da China e secretário-geral do PCC fez alusão à longa história da Nação e à liderança da organização, bem como aos fundadores

O Partido Comunista da China celebrou na última semana os seus cem anos de criação com uma festa popular, comemorando a força da legenda e das profundas transformações realizadas naquele país desde a fundação da sigla, em 1921.

Em seu discurso na Praça

Tian'anmen, em Pequim, o secretário-geral do Comitê Central do PCC, Xi Jinping, destacou as realizações notáveis, traçou um futuro promissor para o caminho "irreversível" do país em direção ao rejuvenescimento, ao mesmo tempo em que deu recados duros àqueles que tentam minar o caminho da China e dividir o país.



Li Hao / Global Times

RECADO CLARO Xi Jinping: “A ascensão de China é uma inevitabilidade histórica e não será mais intimidada ou subjugada por países estrangeiros”

“Trouxemos uma resolução histórica para o problema da pobreza absoluta na China e agora estamos marchando com confiança em direção ao segundo objetivo do centenário de transformar a China em um grande país socialista moderno em todos os aspectos”, disse Xi. “A ascensão de China é uma inevitabilidade histórica e não será mais intimidada, oprimida ou subjugada por países estrangeiros”, declarou. “Quem quer que nutra delírios de fazer isso quebrará a cabeça e derramará sangue na Grande Muralha de aço construída com a carne e o sangue de 1,4 bilhão de chineses”.

O discurso de Xi foi endereçado aos Estados Unidos e contrastou com a atmosfera festiva do centenário do PCC, que fez uma festa de gala exibida na noite de quinta-feira, 1º, com transmissão simultânea para todo o país e o mundo, permitindo uma viagem pelos últimos cem anos da história do país. “Sem o Partido Comunista, não haverá uma nova China”, apontou o presidente, falando em frente a uma multidão estimada de 70 mil pessoas em

uma cerimônia coreografada.

Xi procurou se retratar como líder transformador, guiando a China para uma nova era de força global e rejuvenescimento do governo de um só partido. E a encenação foi focada em transmitir uma nação moderna e poderosa amplamente à vontade enquanto grande parte do mundo ainda luta com a pandemia.

Ele prestou homenagem ao fundador do PCC Mao Tsé Tung, Deng Xiaoping e outros líderes anteriores. Xi destacou as conquistas do país desde que assumiu o cargo em 2012: erradicar a pobreza, alcançar maior prosperidade econômica e construir forças armadas fortes. Ele usou seu bordão de longa data – “o grande rejuvenescimento da nação chinesa” – 21 vezes.

Uma sociedade moderadamente próspera é uma das promessas mais significativas que o PCC fez ao povo chinês no início da reforma e abertura em 1978, quando Deng Xiaoping era o núcleo da liderança da segunda geração do partido. De acordo com o jornal Global Times, esta é a prova das aspirações do PCC:

buscar felicidade para o povo chinês. “O povo chinês está vivendo em um país seguro e próspero que é ainda melhor do que muitos países ocidentais desenvolvidos que têm preconceito e hostilidade em relação ao desenvolvimento da China”, resume.

Além de homenagear os fundadores da República Popular da China, incluindo Mao e Zhou Enlai – o primeiro premier – e os principais líderes da liderança do PCC de segunda geração, incluindo Deng e Chen Yun, visionário e homem-chave do sistema econômico da China, Xi também expressou grande respeito a seus dois predecessores. Ele lembrou que Jiang Zemin e Hu Jintao também foram alguns dos principais representantes dos comunistas chineses nos últimos 100 anos. Todos fizeram contribuições históricas para o rejuvenescimento da nação.

Ele lembrou que Xi disse que a “paz, concórdia e harmonia são as idéias que a nação chinesa perseguiu e levou adiante por mais de 5.000 anos”. E destacou: “A nação chinesa não carrega traços agressivos ou hegemônicos em seus genes”. Segundo o secretário-geral, o Partido se preocupa com o futuro da humanidade e deseja avançar em conjunto com todas as forças progressistas ao redor do mundo. Xi acrescentou que a China sempre trabalhou para salvaguardar a paz mundial, contribuir para o desenvolvimento global e preservar a ordem internacional.

“Devemos continuar trabalhando para promover a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade”, disse. “Nós nos oporemos à hegemonia e à política de poder e nos esforçaremos para manter as rodas da história girando em direção a horizontes brilhantes”, observou Xi. •

ENTRE BÁRBAROS E LÍDERES

No Chile, a revolta que mobilizou o processo constituinte foi alavancada à revelia de elites e partidos, sem lideranças nem quadros anteriores

Por Marco Enríquez-Ominami e Daniel Flores*

Vencen los bárbaros, los gauchos vencen...". Como no "Poema Conjectural", de Jorge Luis Borges, no Chile, os bárbaros venceram. Ficaram com a convenção constituinte. Sentaram-se em cima de pactos e elites e ocuparam, pelas urnas, a primeira fileira do teatro. Foi lindo, não cabe dúvidas. No entanto, em mais alguns meses, novas eleições – parlamentares e presidenciais –, se aproximam, só que já surgem nuvens preocupantes.

Porque nas eleições vindouras se julgará ou o estertor do velho ou sua ressuscitação, mas em formato de zumbi. Serão eleitos, com o formato excludente anterior, deputados e senadores que tentarão garantir seus interesses na convenção. Isto é, os mesmos contra os quais a grande maioria dos chilenos votou farão, de todos os modos, o contrapeso das decisões dos constituintes.

Mas também será eleito um presidente ou uma presidenta. Vale dizer, será eleito o personagem que, em boa parte das experiências constituintes latino-americanas das últimas décadas, oficiou de mediador e, ao mesmo tempo, de motor de mudanças.

Mas no Chile, a revolta que mobilizou este processo constituinte, foi alavancada à revelia de elites e partidos, sem lideranças nem quadros anteriores. Por conseguinte, é muito provável que o próximo pre-

**HOJE, NO CHILE,
SE TRATA DE
IMAGINAR
O FUTURO.
SOBRETUDO NUMA
CONSTITUINTE COM
PRESENTE TÃO
INCERTO E CHEIO
DE PONTOS CEGOS**

sidente atue hoje mais como "árbitro contrário" ao processo do que como mobilizador. Desesperança que se agrava frente à divisão da esquerda com uma dezena de candidatos e candidatas, e diante de uma direita que joga unida – unida a banqueiros, que são donos de meios de comunicação, alguns juízes e a muitos promotores.

Os resultados da eleição para governadores foram claros sinalizando para isso. Depois de mais de 200 anos de um centralismo radical, no Chile, pela primeira vez, os cidadãos tiveram a oportunidade de votar em líderes regionais. Mas a grande maioria se absteve, deixando no poder os velhos partidos que foram defenestrados por esses mesmos cidadãos na elei-

ção constituinte. Para governar o presente, ganham. Para imaginar o futuro, perdem. O problema é que hoje, no Chile, se trata de imaginar o futuro coletivamente. Sobretudo em uma Assembleia Constituinte que deve enfrentar um presente tão incerto e cheio de pontos cegos e contradições.

Ao passo que alguns ambientalistas buscam garantir constitucionalmente o desenvolvimento sustentável, outros, também ambientalistas, afirmam que a natureza já não é capaz de suportar novas cargas. Enquanto alguns querem nacionalizar os recursos da mineração para reverter seus lucros em garantia de direitos, outros querem fazê-lo para dar cabo ao extrativismo. Enquanto alguns querem expropriar, outros buscam garantir os direitos de liberdade econômica como eixo central. O problema é que todos têm razão.

A crise de legitimidade no Chile é, assim, uma crise de lideranças. Os líderes na América Latina, ao se assumirem agentes de mudança, sabem que devem encarnar não apenas a razão técnica da gestão do público, mas, acima de tudo, devem ser capazes de encarnar a representação política. A cultura. Em nossas democracias barrocas, o/a líder não é quem decide os dilemas, e sim quem sinaliza um horizonte onde essas contradições se tornam compatíveis. Esta foi, provavelmente, a grande lição do ciclo progressivo latino-americano. •

* É coordenador executivo do Grupo de Puebla, cineasta e ex-candidato à presidência do Chile. É doutor em Ciências Políticas e antropólogo.



Reprodução

AS ILUSÕES DAS ELITES

Dentro da lógica geopolítica dos EUA, o Brasil deve manter um nível de industrialização restrito, um fornecedor de commodities, e mesmo assim de maneira limitada. Nenhuma potência deseja qualquer nível de concorrência em sua vizinhança, ainda mais com grande território, recursos naturais, população grande e uma visão de civilização distinta

Por Vladimir de Paula Brito

Uma potência para se tornar hegemônica globalmente deve controlar o seu hemisfério. Esta é uma premissa básica nas relações de poder interpretadas pela geopolítica. E esta foi justamente a primeira etapa cumprida quando da ascensão dos Estados Unidos, que desde sua independência procurou limitar a presença de potências europeias sobre as Américas, estabelecendo um conjunto de doutrinas, como a Monroe: “América para os americanos”, ou o Corolário Roosevelt, proibindo a intervenção de qualquer outro país na região, que não os próprios EUA.

Na virada do século 19 para o século 20, os EUA conquistaram o Havaí, expulsaram a Espanha de Cuba, Costa Rica e das Filipinas, ocupando militarmente esta última, e travando uma guerra de extermínio contra sua população rebelada. Quase no mesmo período, promoveram uma intervenção de forma quase aberta para provocar a cisão por parte do Panamá, do restante da Colômbia, o que permitiu a construção do canal sob controle desta potência.

Até meados dos anos 30, em um mundo disputado por vários atores, a política de Estado dos EUA consistia em manter o controle político, econômico e militar sobre o conjunto da América Latina, mediante sucessivas intervenções, promoção de golpes, operações psicológicas e incentivos econômicos, não necessariamente nesta mesma ordem.

Quando da entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi instado a participar. Para tal, disponibilizaram recursos financeiros para a criação de uma indústria siderúrgica nacional, mas também teceram planos alternativos para a ocupação de áreas do Nordeste pela força, com o propósito de estabelecer bases militares.

Para além disso, sob a estraté-

gia do incentivo a entrada na guerra, foi assegurada a participação brasileira permanente no futuro Conselho de Segurança da ONU, e um Plano Marshall para potencializar a economia sul-americana. Como se sabe, a história odeia planos. Roosevelt faleceu antes do final do conflito e, com ele, suas promessas. Concomitantemente, com a vitória aliada, os Estados Unidos tornaram-se, repentinamente, uma das duas maiores potências militares do planeta, e a maior potência econômica. Desta maneira, sua es-

ROOSEVELT FALECEU ANTES DO FIM DA SEGUNDA GUERRA, ENTERRANDO AS PROMESSAS FEITAS AO BRASIL DE UMA PARCERIA ESTRATÉGICA

fera de influência migrou abruptamente das Américas para a Eurásia e o mundo, em um contexto mundial deveras turbulento.

Enfrentando a União Soviética e suas dezenas de divisões ocupando a Europa, tendo que projetar poder militar em diversos continentes, reconstruir a Europa Ocidental e posteriormente o Sul da Ásia, esta agenda global se tornou sua prioridade absoluta, ao aspirar manter a posição hegemônica recém ocupada.

Aqui cabe observar que estas

políticas não foram movidas somente pelas vantagens materiais, constituíam-se como necessidades impostas pela realidade política e geográfica colocada pelo fim da guerra e o novo tabuleiro de poder. Se os EUA não ocupassem os espaços abertos, como deixaram de fazer após a Primeira Guerra Mundial, esses seriam ocupados pelos soviéticos.

Desta forma, seja por escolha ou necessidade, assumiram a primazia global, e ao fazê-lo, a América do Sul e, nela, o Brasil, passaram a compor aos olhos norte-americanos um hemisfério distante, longe dos principais mercados mundiais, e do centro conflitivo da Guerra-Fria – leia-se Europa e Ásia. O papel das Américas para a nova potência mudou radicalmente ante este novo contexto como potência global, secundarizando-se.

Por outro lado, como a propagação de um eco da realidade anterior, a influência dos EUA no país, sob o viés econômico, militar e cultural aumentou de maneira exponencial. Na metade do século passado, os norte-americanos possuíam metade do PIB mundial, as forças armadas mais avançadas tecnologicamente do planeta, e uma política de hegemonia centrada na esfera do poder informacional, em que diversas sociedades passaram a contemplar deslumbradas o que seria o sonho norte-americano.

Se investimentos econômicos não poderiam ser executados em profundidade para todas as nações, a capacidade de propagar uma ideologia seria sim espraiada pelo mundo.

Neste sentido, a principal questão posta entre esta diminuição do papel brasileiro na realidade da potência global, para com a sua projeção ideológica dominante envolve o fato de que o Brasil não faz mais parte nem remotamente deste sonho. Dentro da lógica geopolítica dos EUA, o país man-

teria um nível de industrialização restrito, e seria um fornecedor de commodities, e mesmo assim de maneira limitada, visto que em alguns, como soja, algodão, carne, e futuramente petróleo, são setores onde os países competem.

Baseado na distante América do Sul, cercada pelos Andes, floresta amazônica e oceano atlântico, sem vizinhos como ameaça, ou grandes potências regionais desestabilizadoras, o papel reservado ao Brasil no mundo norte-americano seria o de ajudar na estabilidade regional, manter intocada sua vegetação, e permanecer como uma não-potência.

Ou seja, neste lugar político e geográfico de segunda “potência” das Américas, o país somente se torna motivo de preocupação nos momentos em que consegue se desenvolver economicamente, e principalmente, quando avança de maneira independente na esfera tecno-militar.

Como antes observado, qualquer potência que almeje ser hegemônica globalmente tem que reinar incontestemente no seu hemisfério. Então, ao mesmo tempo em que prima certo desinteresse sobre o crescimento brasileiro, paradoxalmente, quando começa a percorrer um caminho que o torne desenvolvido, passa a ser visto com suspeição.

Por conseguinte, não existiu ingresso no Conselho de Segurança da ONU, auxílio no programa nuclear, suporte nas pesquisas de lançamento de satélite, parceria militar em nível elevado, financiamento nos moldes do Plano Marshall, e muito menos acesso privilegiado ao mercado norte-americano. E isto não ocorreu necessariamente por uma predisposição maligna, e sim pelas leis do poder global.

Ao mesmo tempo, todos os pretensos países vitoriosos economicamente, tais como Alemanha, Coreia do Sul, Japão, e até mesmo

a China, passaram a ter em algum momento acesso privilegiado ao mercado norte-americano. A Alemanha, então ocidental, para se contrapor aos países da cortina de ferro, a Coreia do Sul para deter a Coreia do Norte, o Japão como barreira à China, e esta última, posteriormente, como meio para consolidar sua total ruptura com a União Soviética nos anos 70.

Chegando aos dias atuais, em que pese a narrativa dos EUA exigindo democracia na Coreia do Norte ou na Venezuela, poderia

O PAPEL RESERVADO AO BRASIL PELOS EUA É AJUDAR NA ESTABILIDADE REGIONAL, MANTER INTOCADA SUA VEGETAÇÃO, E NÃO VIRAR POTÊNCIA

parecer paradoxal que tenham uma sólida aliança estratégica com a Arábia Saudita, cuja família real no poder representa um governo teocrático totalitário.

Para lá não existe pressão por eleições livres, pelos direitos das mulheres e homossexuais, e muito menos em defesa da liberdade religiosa. Mas, isso se explica na esfera geopolítica, em que os sauditas são fornecedores de petróleo, e adversários do Irã na região.

Assim, não somente os EUA não efetuam julgamentos morais

sobre o país, como pretendem vender seu caça mais sofisticado (Lockheed Martin F35) para os mesmos. A mesma lógica vale para o Vietnã, que além de ser uma pretensa ditadura, possui um regime que se reivindica comunista.

Tendo expulsado invasores de seu território diversas vezes, a nação é um contraponto ao poder chinês, sendo, portanto, um aliado precioso no elaborado sistema de contenção organizado por Washington. Desde o governo Obama, não somente foi encerrado o embargo à venda de armas a esta nação, como sua economia tem crescido às custas do superávit com os EUA.

Interessante notar que os neoliberais, em seu mundo ficcional, acham que tais desenvolvimentos econômicos são explicados somente pela competitividade do país, e não pelas escolhas direcionadas pelos interesses das potências, de um campo de disputa bem mais profundo.

Tais alianças não invalidam o modelo de democracia dos EUA, com liberdade de imprensa, partição de poderes, voto livre e direitos individuais. Aliás, a independência norte-americana continuará a ser um modelo inspirador para a evolução institucional brasileira, bem como para o regime democrático nacional.

A questão central envolvida relaciona-se ao necessário entendimento de que um Estado-Nação possui a hegemonia do exercício do poder em seu território, então consegue fazer valer os preceitos com que foi erigido localmente. Contudo, em termos internacionais tal fenômeno não acontece. São vários Estados competindo entre si e disputando mercados, poder militar e hegemonia informacional. Se uma Nação utilizar como critério de suas alianças somente a afinidade ideológica, não sustentará sua posição durante muito tempo. Aliás, justamente por este fato da

realidade, no decorrer da Guerra-Fria, os EUA foram parceiros de ditadores, como Pinochet no Chile, Somoza na Nicarágua ou o Xá Reza Pahlevi no Irã.

Seu modelo de hegemonia, em que pesem as invasões, golpes, operações psicológicas e ações de influência, tem sido muito menos despótico do que seria o exercício de dominação de um Estado totalitário, como a Alemanha nazista. Apesar da imensa concentração de recursos do planeta em sua posse, inegavelmente a humanidade em seu conjunto se desenvolveu e teve acesso a novas possibilidades econômicas.

O problema, no caso brasileiro, reside nas ilusões que grande parte das elites locais nutrem quanto ao papel dos Estados Unidos para com o Brasil. Resultante da imensa influência cultural deste país, uma parcela significativa do empresariado, militares, judiciário e setores médios sonham o sonho norte-americano, muito mais do que o brasileiro.

Imaginem a Nação brasileira como um parceiro de prestígio, concebem uma aliança militar privilegiada e, a bem da verdade, infelizmente, parte destas pessoas até mesmo se vêem como norte-americanas. Como decorrência disso, parte de nossas elites obtêm seus proventos no país, mas residem nos EUA. Muitos optam por fazer com que seus filhos nasçam por lá.

Mais do que simples predileção, este comportamento idealista atenta contra os interesses estratégicos desta própria elite, e de todo o conjunto da sociedade. Ao viver sua utopia norte-americana, tais setores não centram suas energias em realmente desenvolver o país, sempre à espera de que em dado momento o “sonho americano” simplesmente transbordará para o sul do hemisfério.

Um exemplo pode ser encontrado no pensamento de Golbery do Couto e Silva, provavelmente o

maior ideólogo do regime militar brasileiro. Em seu livro *Geopolítica do Brasil*, Golbery apresenta uma elaborada análise da conjuntura da disputa de poder de então, e do papel secundário reservado à América do Sul nesta contenda.

Todavia, quando das conclusões, o texto se desconecta da realidade tão detalhadamente analisada e se alicerça sobre a premissa de que os EUA perceberiam o papel que o Brasil poderia ter, e investiriam em uma aliança, política, econômica e militar.

OS RECURSOS QUE NÃO FOREM EXPLORADOS A SERVIÇO DA PRÓPRIA SOCIEDADE, SERÃO EXPLORADOS A SERVIÇO DE OUTRAS NAÇÕES

Na verdade, a referida aliança estava no campo do desejo, da admiração pela sociedade norte-americana, da sua economia e poderosas forças armadas, dos vínculos militares criados pela guerra na Itália. Mas, como observado, quando da análise fria dos interesses nacionais, não faz sentido geopolítico para os EUA que o Brasil se torne uma potência.

Não é uma questão de cunho moral, é um fato objetivo que compõe o que se poderia chamar de leis da hegemonia mundial. Con-

forme observado, nenhuma potência deseja qualquer nível de concorrência em sua vizinhança, ainda mais com a conjunção de grande território, ampla disponibilidade de recursos naturais, enorme e variada população, e uma conformação civilizacional acentuadamente distinta.

Por outro lado, justamente pelos motivos acima, por seu tamanho, recursos e população, a Nação brasileira é obrigada a se desenvolver econômica e tecnologicamente ou pagar o preço trágico do fracasso. Com mais de 200 milhões de habitantes, não é sustentável exportar soja, carne e minério de ferro, e conceber que será possível prover um mínimo de condição material para toda esta gama de indivíduos.

Sem prover meios de uma vida digna ao conjunto dos brasileiros, nunca existirá estabilidade social, e muito menos estabilidade econômica. Assim, o desenvolvimento nunca é de longo prazo, e os avanços tecnológicos são limitados.

É importante que se perceba que não existe vácuo nas relações internacionais de poder. Os recursos do país que não forem explorados a serviço da própria sociedade, serão explorados a serviço de outras nações – sejam os EUA ou, mais recentemente, a China.

Ao contrário da peça “Esperando Godot” (1953), de Samuel Beckett, na qual os personagens são colocados em um contexto em que a espera dá sentido às suas vidas, está na hora da elite nacional ser levada a perceber que cabe abandonar a eterna expectativa, e agir.

Os brasileiros devem assumir as características únicas de sua própria civilização com acertos e erros, sem vergonha ou ufanismo, e construir os próprios caminhos pelo mundo sem esperar por ninguém. A utopia pode ser aqui e agora, desde que o olhar se volte para a realidade mais que o desejo. •

* Doutor em Ciência da Informação, é conselheiro da Fundação Perseu Abramo



Tom Williams/Reuters

TOP SECRET A vinda de William Burns a Brasília precisa ser esclarecida

O FALCÃO EM BRASÍLIA

A visita sigilosa do diretor da CIA ao Planalto surpreende e recorda o passado. Sem divulgação, o emissário do governo dos Estados Unidos veio ao Brasil para reunião com governo. A agenda foi mantida em segredo e sem divulgação prévia

O novo chefe da CIA, William Burns, chegou esteve em Brasília na quinta-feira, 1º, para realizar reuniões com autoridades do governo brasileira. A visita do primeiro emissário do governo de Joe Biden ao Brasil foi mantida em sigilo e não teve divulgação prévia. Segundo a *Folha de S.Paulo*, o comboio com Burns e o embaixador americano no país, Todd Chapman, chegou ao Palácio do Planalto no meio da tarde.

A presidenta nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), cobrou transparência do governo. “Por que um presidente da República recebe um diretor do órgão de inteligência americana?”, questionou. “O correto não seria uma visita do Biden? De presidente para presidente? O que a CIA quer com Bolsonaro e vice-versa?”

Na noite de quinta, em vídeo

divulgado por um site de apoio ao governo, Bolsonaro confirmou o encontro com Burns e citou a atual situação de crise em outros países da América do Sul. “O interesse do Brasil por alguns poucos países é enorme. Alguns países dependem de nós, do que produzimos aqui. E esses países pensam 50, 100 anos à frente. E nós, aqui, infelizmente, quando muito, pensamos poucas semanas ou poucos dias depois”, disse, em conversa com apoiadores.

“Não vou dizer que isso foi tratado com ele [Burns], mas a gente analisa na América do Sul como estão as coisas. A Venezuela a gente não aguenta falar mais, mas olha a Argentina. Para onde está indo o Chile? O que aconteceu na Bolívia? Voltou a turma do Evo Morales e, mais ainda, a presidente que estava lá no mandato tampão [Jeanine Añez] está presa, acusada de atos antidemocráticos. Estão sentindo alguma

semelhança com o Brasil?”, disse Bolsonaro.

Segundo as agendas dos ministros Luiz Eduardo Ramos, da Casa Civil, e Augusto Heleno, da Segurança Institucional, haveria um jantar com o comandante da agência de informações dos EUA, na própria quinta-feira. A agenda de Bolsonaro não registrou informação sobre reunião ou jantar com a autoridade americana. Burns é diplomata de carreira e foi escolhido para comandar o órgão de inteligência norte-americano pelo próprio Biden.

O vice-presidente da República, General Hamilton Mourão, disse à *Folha* não saber detalhes da agenda do chefe do Serviço Secreto dos Estados Unidos no Brasil, mas classificou a visita como normal. “São contatos com os contrapartes. É normal, chefe de serviço de inteligência, isso não é problema. É troca de informações. Duas nações amigas, não é problema”, afirmou.

A surpresa de petistas não é sem razão. Os Estados Unidos desempenharam um papel profundamente indigno em duas ocasiões na história recente do Brasil. Atuou de maneira ativa e desestabilizadora no Golpe de 1964 que levou à destituição do presidente João Goulart e também tiveram uma atuação comprometedor durante o governo Dilma Rousseff, não apenas espionando a Petrobrás e a presidenta da República, mas também atuando como instrumento de cooptação de procuradores da República de Curitiba e fomentando troca de informações fora dos canais oficiais com a Operação Lava Jato, que não apenas resultariam na prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas também na deposição do governo em 2016. O governo Biden deve explicar o que está tratando com o governo Bolsonaro e qual a razão do sigilo. •

MÚSICA



**OS 44 ANOS DE
REFAVELA E A OBRA
ATEMPORAL DE GIL**

Por Alberto Cantalice

Em 26 de junho de 1942, nascia na cidade de Salvador, na Bahia, o compositor, cantor e multi-instrumentista Gilberto Passos Gil Moreira. Um dos artistas mais prolíficos da MPB, sua obra transcende os limites dos territórios de língua portuguesa e ganha o mundo... literalmente.

Perseguido pela ditadura militar instaurada no país pelo Golpe de 1964, pós sua fascistização, com o AI-5, de 1968, o artista foi obrigado a exilar-se em Londres.

O espaço seria pequeno para historiar a longa carreira de Gil, que já beira os 60 anos de atividade contínua e ininterrupta. Vamos focar nessa primeira abordagem à obra Refavela. Lançado em 1977, depois de uma experiência como participante do 2º Festival Mundial de Arte e Ciência e Cultura Negra, em Lagos, Nigéria, o disco foi um salto estético e um mergulho na obra e na negritude pelas percepção arguta da realidade por Gil.

Sua experiência ao longo da permanência de um mês percorrendo o país serviu para trabalhar a temática africana em suas composições e abriu as bases para o novo disco.

Já na faixa que dá título ao LP, Gil diz: *"A refavela revela o salto que o preto pobre tenta dar/ quando se arranca do seu barraco prum bloco do BNH.../ A refavela revela o passo em que caminha a geração/ Do black jovem, do black-Rio da nova dança no salão.../ a refavela batuque puro de samba duro de marfim/ Marfim da costa de uma Nigéria, miséria roupa de cetim"*.

Além da música título, o álbum apresenta, entre outras, canções fortes como "Ilê ayê", "Babá apalalá", "Patuscada de Gandhi" e "Balafon". Todas baseadas nos ritmos africanos com pitadas da brasilidade baiana de Gil: *"Isso que a gente chama marimba tem na África o*

mesmo som/. Isso que toca bem, bem, num lugar, não lembro bem/ chama-se balafon".

Nesse trabalho, que completa 44 anos, o compositor inicia uma abordagem sobre a questão negra que permeou sua vasta obra de mais de 500 canções em várias ocasiões. Recoloca luz sobre as favelas brasileiras - reduto majoritário de negras e negros brasileiros, um fato que remonta a gênese da formação desigual da história de construção brasileira.

Outro fator que aparece com

GIL TEM A CORAGEM DE ABORDAR A QUESTÃO DO NEGRO E JOGA LUZ SOBRE AS FAVELAS BRASILEIRAS E A HISTÓRICA DESIGUALDADE

destaque em Refavela é a lembrança de sua prisão e julgamento em julho de 1976, quando o músico estava de passagem por Florianópolis para uma apresentação do show Doces Bárbaros, em que se apresentava juntamente com Caetano Veloso, Gal Costa, Maria Bethânia e banda.

Na ocasião, Gil e o baterista Chiquinho Azevedo foram detidos portando uma pequena quantidade de maconha para uso próprio. Vivíamos então os estertores do regime militar. Levado à prisão e,

posteriormente, a julgamento, os dois músicos foram condenados a um ano de prisão, convertido à pena em internação no Instituto Psiquiátrico São José, área metropolitana de Florianópolis. Ali, Gil onde ficou por quatro dias, sendo transferido para o Hospital Psiquiátrico de Botafogo, no Rio de Janeiro.

Fruto dessa experiência inusitada (não a prisão, já que Gil já tinha sido encarcerado em 1969 em quartel da Vila Militar no Rio em 1969), a internação em hospital psiquiátrico, levou-o a compôr a canção "Sandra" em homenagem a então mulher Sandra Gadelha e às várias amigas que o visitaram e o atenderam na unidade hospitalar:

"Maria Aparecida, porque apareceu na vida, Maria Sebastiana porque Deus fez tão bonita. Maria de Lourdes porque me pediu uma canção pra ela. Carmensita, porque ela sussurrou seja bem-vindo no meu ouvido, na primeira noite que nós chegamos no hospício. E Lair, Lair, porque quis me ver e foi lá no hospício..."

Quando da comemoração dos 40 anos de lançamento do disco, em 2017, além de uma turnê comemorativa cercada de grande sucesso, a HBO lançou um documentário sobre a importância icônica do trabalho. *Refavela*, parte da trilogia iniciada com *Refazenda*, em 1975, e terminada com o lançamento de *Realce*, em 1979, coloca Gilberto Gil como o artista brasileiro que melhor soube combinar a influência da música e dos ritmos africanos e a sua vinculação com a música brasileira na sua totalidade. O álbum transcende as influências africanas já presentes no samba e demais variações musicais.

O disco é um marco no cânone popular brasileiro. Apesar dos 44 anos de lançamento, a obra pode ser ouvida como se tivesse sido lançada ontem. •

3 de julho de 1951

LEI AFONSO ARINOS PUNIRÁ RACISMO

É sancionada a lei de autoria de Afonso Arinos de Melo Franco, deputado da UDN de Minas Gerais, que torna contravenção penal a discriminação racial no Brasil. Ele apresentara o projeto um ano antes, quando soube que seu motorista, negro, casado com catarinense descendente de alemães, havia sido barrado numa confeitaria do Rio de Janeiro. Com a aprovação da lei que levou seu nome – falharam as tentativas governistas de batizá-la de “Getúlio Vargas” –, Afonso Arinos completava uma guinada nas suas posições eugenistas, externadas 15 anos antes em seu livro “Conceito de Civilização Brasileira”. Na obra, Arinos propunha eliminar da cultura brasileira os “resíduos” negros e indígenas por meio de leis que protegessem as elites cultas do “barbarismo”.



4 de julho de 1942

UNE AVISA: ‘ESTAMOS COM A DEMOCRACIA!’

Em manifestação promovida pela União Nacional dos Estudantes (UNE), alunos de universidades e colégios do Rio fazem um enorme desfile antifascista no centro da capital federal, no aniversário da independência dos Estados Unidos. Aplaudidos pelas pessoas nas janelas dos prédios, eles dão vivas à democracia e desfilam com cartazes e carros alegóricos, mostrando muito humor e satirizando os líderes dos países do Eixo. Os estudantes seguiram pelas ruas gritando por liberdade. Um carro alegórico, que apresentava Hitler, Mussolini e o imperador Hirofuto (do Japão) “presos” numa gaiola, foi um dos mais ovacionados. Os integralistas também não foram poupados.

5 de julho de 1937

A UNIVERSIDADE DO BRASIL É FUNDADA POR GETÚLIO

Numa cerimônia no Palácio do Catete, Getúlio Vargas sanciona o decreto criando a Universidade do Brasil. Em nome do Conselho Universitário, o reitor Leitão da Cunha concede o título de doutor honoris causa ao presidente, pelos “relevantes serviços prestados à educação brasileira”. A universidade destinava-se aos jovens da elite, que se submetiam a rigoroso processo de seleção para ingressar na instituição.

5 de julho de 1939

GOVERNO ENQUADRA OS SINDICATOS NO BRASIL

O presidente da República, Getúlio Vargas, baixa decreto com novas regras para a sindicalização: só será permitido um sindicato para cada categoria profissional. Para funcionar e representar seus associados ante as autoridades, eles precisarão ser formalmente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O decreto vale para sindicatos de empregados e de patrões.

8 de julho de 1940

GOVERNO INSTITUI O IMPOSTO SINDICAL

Getúlio assina decreto criando o imposto sindical. O tributo será pago por meio de desconto, em folha de pagamento, do valor correspondente a um dia de trabalho por ano de cada trabalhador, sindicalizado ou não; os empregadores também contribuirão. O valor arrecadado é rateado: sindicatos e associações profissionais ficam com 60%; federações, 15%; e confederações, 5%. Os 20% restantes formarão o Fundo Social Sindical.



2 de julho de 1990

AMÉRICA LATINA CRIA O FORO DE SÃO PAULO

Seminário internacional promovido pelo PT em São Paulo, em parceria com outras organizações e partidos de esquerda da América Latina, dá origem ao Foro de São Paulo. A organização é criada com o objetivo de buscar alternativas ao receituário neoliberal que começava a ser hegemônico no mundo. Naquele ano fora lançado o Consenso de Washington, com receitas econômicas que tiveram resultados desastrosos. Desde então, o Foro faz reuniões periódicas nos países que têm partidos ou organizações filiadas. São mais de cem, incluindo partidos com diferentes matizes de esquerda, organizações sindicais e sociais, grupos étnicos e movimentos da esquerda católica.

6 de julho de 1977

CIENTISTAS SE REÚNEM CONTRA A DITADURA

Por interferência direta do arcebispo dom Paulo Evaristo Arns, a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo sedia a 29ª reunião da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC). O encontro deveria ter ocorrido em Fortaleza, no Ceará, mas foi sabotado pelo governo federal, comandado pelo presidente-general Ernesto Geisel.

Os encontros anuais da SBPC proporcionavam contatos diretos entre cientistas, intelectuais e estudantes de todo o país, nos quais os debates políticos se tornavam cada vez mais intensos. Com a sabotagem ao encontro de Fortaleza, a ditadura militar acabou chamando mais atenção para a reunião. Moções em defesa da anistia, das liberdades democráticas, pela reintegração de professores cassados, entre outros temas políticos, foram aprovadas ao final do encontro e tiveram repercussão na imprensa.

6 de julho de 2004

MINC CRIA PONTOS DE CULTURA NA PERIFERIA

Por meio da Portaria 156, o Ministério da Cultura (MinC) cria o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania ("Cultura Viva"), com o objetivo de "promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade". A partir desse programa, surgiriam os Pontos de Cultura – espaços físicos espalhados pelos estados numa rede de disseminação de diversos tipos de manifestações culturais, especialmente na periferia dos grandes centros e no interior.

2 de julho de 2009

BRASIL ANISTIA IMIGRANTES ILEGAIS

O governo Lula sanciona a Lei 11.961, regularizando a situação dos estrangeiros que entraram no país até 1º de fevereiro de 2009. Conhecida como Lei da Anistia Imigratória, o novo diploma simplifica a solicitação de residência provisória, o que garante aos imigrantes acesso a políticas públicas e permissão de trabalho. A legalização é uma das medidas para combater o tráfico humano e as condições degradantes de trabalho a que são submetidos migrantes de baixa renda. A última lei de anistia imigratória fora editada em 1998.



Divulgação

2 DE JULHO NA BAHIA

A força da luta por Independência no Brasil começou em 1823. Hoje o brado da luta por liberdade e por vida é o Fora Bolsonaro

Por Elen Coutinho

Nunca mais, nunca mais o despotismo/ Regerá, regerá nossas ações/ Com tiranos não combinam/ Brasileiros, brasileiros corações”.

São 198 anos desde que na Bahia ocorreu a expulsão definitiva das tropas portuguesas do território brasileiro, em 2 de julho de 1823. A Bahia foi um palco importante e destacado das guerras por independência no Brasil. Foi onde o conflito durou por mais tempo, e se consolidou a separação política do Brasil em relação a Portugal. A data é feriado pela Constituição Baiana e marca a vitória das tropas locais contra as tropas portuguesas, na guerra travada por mais de um ano e meio na então província.

É forte a tradição do cortejo popular que percorre as ruas de Salvador no dia 2 de julho com

carruagens e alegorias, entre o Largo da Lapinha e o Terreiro de Jesus, no Pelourinho, relembrando o final das batalhas e a libertação da pátria. Os personagens, o caboclo, a cabocla do cortejo, são os símbolos populares da luta por liberdade.

Apesar da tradição e da reverência patriótica, no ano de 1998 o povo baiano viu a mudança do nome do principal aeroporto do estado, que se chamava 2 de julho, para homenagear um político integrante das oligarquias do poder. Tal ação desconstrói a memória do que é considerado patrimônio histórico da Bahia e é alvo de muitas críticas.

No ano véspera do bicentenário da independência do Brasil, a memória da independência do Brasil na Bahia indica que em 7 de setembro de 1822 uma parte do país não era independente, sendo esta uma data construída oficialmente a posteriori. A cons-

trução das lutas por liberdade e soberania instiga o debate sobre o passado e o presente da independência do Brasil da perspectiva das camadas populares, processo este que segue até o momento atual.

Pelo segundo ano consecutivo as ruas de Salvador não estarão lotadas de gente saudando o 2 de julho. Devido à pandemia e às decisões políticas do governo Bolsonaro, que não garantiu vacina e não atuou pela proteção da vida, a saudação à luta dos brasileiros por independência não poderá seguir integralmente a tradição.

Hoje o brado da independência, da luta por liberdade e por vida, é o Fora Bolsonaro.

E como diz o Hino ao 2 de Julho: “Nossa Pátria, hoje livre/ Dos tiranos, não será”. •

Economista, é pesquisadora e militante dos Direitos Humanos e diretora da Fundação Perseu Abramo



Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Documento histórico, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil tem como objetivo fortalecer a democracia e recolocar o Estado a serviço do país e do povo. O PT e a Fundação Perseu Abramo propõem a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, com a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional.

O texto está disponível no site da Fundação Perseu Abramo: <http://fpabramo.org.br>.

24 JULHO VAI TER MAIS

FORA, BOLSONARO!

**VENHA PRA LUTA
EM TODO O BRASIL**

SIGA AS NOSSAS REDES SOCIAIS

INSTAGRAM: @FORABOLSONARONACIONAL

TWITTER: @FORABOLSONARONA

**FORA
BOLSONARO**